

Portaria nº 134 de 27 de maio de 2026

Altera a Portaria n.º 185 de 14 de julho de 2025, que constituiu a 1ª Comissão de Tecnologia – COTEC e revoga a Portaria nº 50 de 25 de fevereiro de 2026, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir a eficiência e a continuidade das atividades relativas aos processos de aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação;

**CONSIDERANDO** a criação e reformulação periódica das Comissões Permanentes e Especiais, visando atender aos princípios da legalidade, eficiência e transparência na Administração Pública;

**CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar os incisos do Art. 1º da Portaria n.º 185 de 14 de julho de 2025, designando os servidores abaixo relacionados para a composição da Comissão de Tecnologia:

**I - Agente de contratação:**

a) Gabriel Alves da Silva Gama n.º: \*\*\*\*\*238.

**II - Equipe de Apoio:**

a) Cristian Ferreira **Cataca** n.º: \*\*\*\*\*292;

b) Julie Cavalcante Pinheiro n.º: \*\*\*\*\*309;

§ 1º O servidor indicado no inciso I, alínea a), atuará como **Presidente e Pregoeiro**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como **pregoeiro substituto** o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, que desempenhará as atividades inerentes ao pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

**Art. 2º** Revogar a Portaria nº 50 de 25 de fevereiro de 2026.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA**  
Superintendente Estadual de Compras e Licitações



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão de Tecnologia - SUPEL-COTEC

**INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90068/2026/SUPEL/RO**

Para o **LOTE ÚNICO**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva de cota de até 25%** para as **ME/EPP**

**RESUMO DOS DADOS**

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 19/06/2026, às 10h (horário de Brasília) sítio: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 16/06/2026.
--	---

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada objetivando a renovação de licenças/subscrições e suporte do parque instalado, abrangendo a manutenção da solução atual de segurança e rede (Firewall, Switches, Wi-Fi/APs e software de gerenciamento centralizado (FortiAnalyzer/FortiManager ou equivalente), incluindo direito a suporte técnico, atualizações/correções e assinaturas de segurança, pelo período definido 36 meses (trinta e seis meses), objetivando atender as necessidades da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

**FUNDAMENTO:**

Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021.  
Decreto estadual nº 28.874, 25 de Janeiro de 2024.  
dentre outros.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO : 0035.000043/2026-35**

**UASG:** 925373

**ENDEREÇO ELETRÔNICO :** <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

ORÇAMENTO ANUAL

R\$ 412.045,37 (quatrocentos e doze mil quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos)

<b>VISTORIA</b>		<b>INSTRUMENTO CONTRATUAL</b>	
Facultativa		Contrato	
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>			
<b>Requisitos Básicos:</b> <b>1. Habilitação jurídica:</b> Conforme estabelecido no <b>item 21.1</b> e subitens do Termo de Referência. <b>2. Qualificação econômico e financeira:</b> Conforme estabelecido no <b>item 21.2.</b> e subitens do Termo de Referência. <b>3. Regularidade Fiscal, social e trabalhista:</b> Conforme estabelecido no <b>item 22.</b> e subitens do Termo de Referência. <b>4. Qualificação técnica:</b> Conforme estabelecido no <b>item 21.3.</b> e subitens do Termo de Referência.		<b>Requisitos Específicos:</b>	
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?</b>	<b>RESERVA COTA ME/EPP?</b>	<b>EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?</b>	
Não	Não	Não	
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>CONTRATAÇÃO</b>	
Menor Preço Por Lote	Aberto	Sim	
<b>TELEFONES PARA CONTATO</b>		<b>E-MAIL PARA CONTATO:</b>	
Telefone: 69.3212-9243		supelcotec@gmail.com	
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>			
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.  2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número <b>90000</b> antes do número do certame. (ex.: <b>90001/2024</b> )			

## SUMÁRIO

- DO PREÂMBULO;
- DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO;
- DO OBJETO;
- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
- DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
- DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
- DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE

DESEMPATE;

9. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
11. DO RECURSO;
12. DA HOMOLOGAÇÃO;
13. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE;
15. DA RESCISÃO CONTRATUAL;
16. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO CONTRATUAL;
17. DO PAGAMENTO;
18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;
20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE;
21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
23. DOS ANEXOS;

## 1. DO PREÂMBULO

**1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÃO S**, por meio da **Portaria n.º 134/2026/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data 25 de fevereiro de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **sob o n.º 90068/2026/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#) e [Decreto Estadual n.º 28.874/2024](#), a [Lei Complementar n.º 123/06](#) e Decreto Estadual n.º 21.675/2017, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

## 2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo n.º 0035.000043/2026-35**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2.2. O processo acima mencionado poderá ser consultado por meio do Sistema Eletrônico

### 3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada objetivando a renovação de licenças/subscrições e suporte do parque instalado, abrangendo a manutenção da solução atual de segurança e rede (Firewall, Switches, Wi-Fi/APs e software de gerenciamento centralizado (FortiAnalyzer/FortiManager ou equivalente), incluindo direito a suporte técnico, atualizações/correções e assinaturas de segurança, pelo período definido 36 meses (trinta e seis meses), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência Anexo I.

3.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**3.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no **item 4.4.** e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

#### 4.4. Das Especificações Técnicas/quantidade

Item	Descrição	Unid.	Quant.	CATMAT/CATSER
01	Renovação de licença de suporte/subscrição <b>FortiCare Premium Support – FortiSwitch (FS-1048E)</b> – Equip. Conectiv. Rede – Tipo I	licença/subscrição	01	24333
02	Renovação de licença de suporte/subscrição <b>FortiCare Premium Support – FortiSwitch (FS-148F-FPOE)</b> – Equip. Conectiv. Rede – Tipo II	licença/subscrição	07	24333
03	Renovação de licença de suporte/subscrição <b>FortiCare Premium Support – FortiSwitch (FS-124F-FPOE)</b> – Equip. Conectiv. Rede – Tipo III	licença/subscrição	10	24333
04	Renovação de licença de suporte/subscrição <b>FortiCare Premium Support – FortiAP (FAP-231F)</b>	licença/subscrição	04	27502
05	Renovação de licença de suporte/subscrição para <b>UTP – FG-100F</b> (IPS, Advanced Malware Protection, Application Control, URL/DNS/Video Filtering, Antispam Service e FortiCare Premium) – Gerenc. Redes e Segurança – Tipo II	licença/subscrição	02	27502
06	Renovação de licença de suporte/subscrição para o <b>Software de Gerenciamento Centralizado para Redes e Segurança compatíveis com switches, firewalls, aps Fortinet (FortiAnalyzer/FortiManager ou equivalente)</b>	licença/subscrição	01	27502

(...)

**3.4. Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no **item 4.5 a 4.7** e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

#### **4.5. Das condições gerais e garantia do Serviço/Materiais**

4.6. Todos os serviços comuns ofertados, no que couber, deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

4.7. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada, relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

(...)

**3.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no **item 27 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

#### **27. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

27.1. A fiscalização do contrato será realizada por comissão designada pela administração pública, que irá fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 117, da Lei 14.133/21, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionados a execução do contrato.

27.2. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo se depender de modificação de cálculo ou teste, hipótese em que será fixado um prazo de acordo com a complexidade do caso;

27.3. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

27.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do objeto/serviço, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei 14.133 de abril de 2021.

27.5. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do serviço e do contrato.

27.6. A verificação da adequação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

27.7. A fiscalização será feita por uma comissão especialmente nomeada para este fim pela **Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**, mediante portaria a ser publicada no diário oficial do Estado.

27.8. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, conforme § 3º, da Lei 14.133/21.

#### **27.9. Gestor do Contrato**

27.9.1. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

27.9.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

(...)

**3.8. Da entrega/recebimento:** Ficam aquelas estabelecidas no **item 14. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

#### **14. DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO**

##### **14.1. Da Forma de Entrega**

14.1.1. Considerando que o objeto consiste na renovação/ativação de licenças/subscrições e suporte técnico do parque instalado, a entrega ocorrerá, predominantemente, de forma eletrônica (entregues no e-mail suporte@sepog.ro.gov.br) com as licenças e os procedimentos necessários para sua ativação, a empresa deve dar total suporte no idioma português durante todo o processo de ativação), mediante ativação/renovação das coberturas e disponibilização dos respectivos direitos de uso, atualizações, correções e assinaturas de segurança durante a vigência contratada.

14.1.2. Para fins de acompanhamento, validação e recebimento, o ponto focal institucional será a **Gerência de Informática da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG**, localizada no Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Pacaas, 4º andar, sito à Av. Farquar, 3056 – Bairro: Pedrinhas – CEP: 76.820-408 – Porto Velho – RO, no horário de 08h00min às 13h30min, de segunda a sexta-feira, sem prejuízo de execuções remotas inerentes ao objeto.

14.1.3. A Contratada deverá encaminhar, ao final da ativação/renovação, **relatório de implantação/ativação**, contendo, no mínimo: relação dos itens cobertos, identificadores aplicáveis (ex.: número de série/part number/entitlement), período de vigência, modalidade de suporte, canais oficiais de atendimento e evidências de ativação/renovação (consulta/print do portal do fabricante ou documento equivalente), além de orientações objetivas para abertura e escalonamento de chamados.

#### **14.2. Do Prazo**

14.2.1. O prazo para conclusão da entrega, entendido como ativação/renovação efetiva das licenças/subscrições e habilitação do suporte com as respectivas evidências/documentações, será de **até 15 (quinze) dias úteis**, contados da data de assinatura do contrato (ou instrumento equivalente definido pela SEPOG/RO).

#### **14.3. Das Condições de Recebimento**

14.3.1. O recebimento provisório e definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do objeto, nem a responsabilidade civil e profissional pela conformidade do serviço prestado, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento contratual.

14.3.2. A critério da Comissão de Recebimento e/ou da fiscalização, poderão ser realizadas validações técnicas para verificação de conformidade, incluindo, no mínimo: vigência ativa das subscrições, habilitação de suporte, elegibilidade a atualizações/correções, assinaturas/bases de segurança ativas (quando aplicável) e disponibilidade dos canais de suporte conforme pactuado.

14.3.3. Sendo satisfatórias as verificações, lavrar-se-á o Termo de Recebimento Definitivo. Caso sejam identificadas desconformidades, será lavrado Termo de Recusa/Não Conformidade, no qual constarão as pendências verificadas. Nessa hipótese, a Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e apresentar plano de correção, devendo regularizar a ativação/cobertura e reapresentar as evidências no prazo de 05 (cinco) dias úteis, salvo prazo diverso justificado e aceito pela Administração.

14.3.4. Não ocorrendo a regularização no prazo, caracterizar-se-á atraso/descumprimento contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas no Termo de Referência e no contrato. Todos os custos necessários à correção/regularização, quando imputáveis à Contratada, correrão às suas expensas, sem ônus adicional para a Administração.

14.3.5. O pagamento ficará condicionado ao cumprimento das exigências de recebimento, podendo ser sobrestado até a completa correção das pendências, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.3.6. Todas as despesas com taxas, impostos e encargos incidentes deverão estar incluídas no preço da proposta, sendo vedada a cobrança em separado por ocasião da emissão de Nota Fiscal/Fatura.

#### **14.4. Da Comissão de Recebimento:**

14.5. A comissão de recebimento provisório e definitivo realizará o relatório técnico para posterior emissão de recebimento definitivo, onde será designado os fiscais e gestor de contrato, por meio de Portaria devidamente publicada, após a elaboração do contrato.

14.5.1. É de competência da comissão de recebimento provisório e definitivo:

I – Verificar questões físicas do objeto/serviço adquirido para constatar a integridade conforme estipulado em Termo de Referência.

II – Verificar a conformidade com a quantidade e especificações constantes do Termo de Referência.

#### **14.5.2. O recebimento dos serviços e dos prazos de recebimento**

14.5.2.1. O serviço será recebido conforme disposição do artigo 140, inciso I da Lei 14.133/21:

#### **14.5.3. Do prazo de recebimento provisório e definitivo:**

**a) Provisoriamente, até 5 (cinco) dias úteis**, para posterior verificação da entrega do serviço, com as especificações deste termo de referência, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.

**b) Definitivamente, até 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação da compatibilidade das especificações do serviço entregue mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo devidamente assinado pela comissão.

#### **14.6. Critérios e prazos de medição**



14.6.1. A medição dos serviços, para fins de faturamento, será realizada por lote contratado, considerando a efetiva ativação/renovação das licenças/subscrições e do suporte técnico do parque instalado, pelo período pactuado, devidamente comprovada por evidências documentais e validação técnica pela fiscalização/Comissão de Recebimento.

14.6.2. A medição terá como requisitos mínimos:

- vigência ativa das subscrições/suportes para cada item;
- habilitação do suporte e disponibilização dos canais oficiais de atendimento;
- elegibilidade a atualizações/correções e, quando aplicável, assinaturas/bases de segurança ativas; e
- entrega do relatório de ativação/renovação, com identificação dos itens cobertos, período de vigência e/ou comprovações (consulta/registro em portal do fabricante ou documento equivalente).

14.6.3. As eventuais prorrogações contratuais deverão observar o disposto na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à possibilidade de extensão da vigência contratual, quando aplicável, **até o limite máximo previsto em lei**, devendo tal possibilidade ser considerada pelos licitantes na formulação de suas propostas, visando à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

(...)

#### 4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

4.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: **supelcotec@gmail.com;**

4.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.

4.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

4.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

4.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

5.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

5.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados



diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

5.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**5.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**

5.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

5.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

5.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

5.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

5.6.4. Aquele que se enquadre no disposto do art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

5.6.5. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**5.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 19. do Anexo I - Termo de Referência, conforme transcrevemos:**

(...)

**19. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista que o serviço a ser executado não é de grande porte, tampouco de execução técnica complexa, tornando operacionalmente inviável de ser executado por mais de uma empresa, não incidindo a aplicação do art. 15, da **Lei Federal Nº 14.133/21**. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o serviço a ser contratado envolver questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos mínimos de habilitação do edital.

(...)

**5.6.7 Da subcontratação:** Ficam aquelas estabelecidas no item 18. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

(...)

**18. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFÊNCIA**

18.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do serviço pela Contratada à outra empresa.

18.2. A vedação à subcontratação, cessão e/ou transferência neste projeto é essencial, não apenas para manter a alta qualidade e segurança na disponibilização dos domínios da SEPOG, mas também devido às especificidades do mercado

(...)

**6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

6.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

6.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

6.2.1. Declaração, em campo próprio, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

6.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

**6.4 Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.**

## **7. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

7.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

7.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, com os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

7.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

7.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

7.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o [item 20.1. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência](#), que somente será pública após a fase de lances.

## **8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE**

8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

8.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto

superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

8.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa Aberto, conforme item 20.4. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

#### **20.4. Do Modo de Disputa**

20.4.1. Aberto.

(...)

8.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

8.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

8.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.12. Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação.

## **9. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

9.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

9.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

9.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

9.3.1.1. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

9.3.2. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, em caso de descumprimento das exigências.

9.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

9.5. Quando houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

9.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

9.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no item 20.6. e seus subitens do Anexo I - termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

(...)

### **20.6. Da apresentação de Amostra**

20.6.1. Não se aplica.

(...)

9.8. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 20 e seus subitens do Anexo I - termo de Referência.

(...)

## **20. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **20.1. Da Forma de Seleção e critério de Julgamento da proposta**

20.2. O fornecedor será selecionado por meio de licitação PREGÃO ELETRÔNICO, CUJO CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ O DE MENOR PREÇO POR LOTE, em conformidade com a Lei Federal n. 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento em que a proposta mais vantajosa para a Administração é a de menor preço por lote.

### **20.2. Da Validade da Proposta**

20.2.1. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de homologação do certame.

20.2.2. Decorridos 90 dias da data de homologação do certame sem a convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

(...)

9.9. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.9.1. A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, para que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

9.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 9.9. serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

9.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

9.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

9.9.4. O procedimento mencionado no item 9.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

9.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante do documento da proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no para fins de homologação.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

10.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-

SE CLASSIFICADA.

10.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**10.6. O não atendimento às exigências desta fase, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no item 25. – Das Penalidades deste Edital.**

10.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

10.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9. O Pregoeiro, após a aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

**10.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

10.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.12. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

10.12.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

10.12.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 10.12.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.12.3. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 10.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **10.13. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**10.13.1.** Os critérios de regularidade fiscal, social e trabalhista a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 22. e seus subitens do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### **22. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

#### **22.1. Regularidade Fiscal**

22.1.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos



termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

22.1.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

22.1.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

22.1.4. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento

22.1.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

22.1.6. Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

## **22.2. Do cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**

22.2.1. O licitante deverá apresentar declaração, relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

## **22.3. Do cumprimento da Instrução Normativa nº 10/2025 (Imposto de Renda Retido na Fonte)**

22.3.1. A obrigação de retenção do Imposto de Renda alcançará todos os contratos vigentes, relações de compras e pagamentos efetuados por órgãos da Administração Pública Direta do estado de Rondônia, autarquias e fundações públicas e, ainda, por empresas estatais dependentes.

22.3.2. Para que se formalizem as hipóteses de isenção e imunidade tributária, o representante legal da Pessoa Jurídica contratada deverá apresentar, no momento da celebração do contrato, ajuste ou instrumento congênere, bem como no momento de eventuais prorrogações, Declaração ao estado de Rondônia, conforme os seguintes modelos:

- Declaração de Instituições Inscritas no Simples Nacional;
- Declaração de Instituições de Educação e Assistência Social e CEBAS;
- Declaração de Instituições de Caráter Filantrópico, Recreativo, Cultural, Científico e Associações Cívicas e CEBAS;

## **22.4. Do cumprimento do disposto no inciso XVII do art. 92º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021.**

22.4.1. O licitante deverá apresentar declaração, relativa ao cumprimento do disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/21 para reserva de cargos prevista em lei, para pessoa com deficiência:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

## **22.5. Do cumprimento do disposto no inciso VI do art. 67 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021.**

22.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

(...)

## **10.14. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**10.14.1.** Os critérios de habilitação jurídica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 21. e seus subitens do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

#### **21.1. Habilitação Jurídica**

21.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

21.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

21.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

21.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

21.1.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI;

21.1.6. No caso de **cooperativa**: visando garantir a regularidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados pela Administração Pública, citamos alguns dos principais motivos para a **vedação** à participação de cooperativas neste pregão:

a) Controle e responsabilização: Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração Pública busca evitar a dificuldade de controle e responsabilização pelos serviços prestados. Cooperativas são compostas por membros associados, e a rotatividade de cooperados pode dificultar a estabilidade e a continuidade dos serviços, tornando complexa a definição de responsabilidades em caso de falhas ou problemas na execução do contrato.

b) Segurança jurídica: A vedação evita situações ambíguas e potenciais questionamentos legais, uma vez que as cooperativas têm uma natureza peculiar e estão sujeitas a diferentes normas em comparação a outras formas de organização empresarial. Ao permitir a participação de cooperativas, poderia haver conflitos de interpretação sobre os direitos e deveres contratuais, afetando a segurança jurídica das contratações.

Diante do exposto, fica **vedada** a participação de empresa em forma de cooperativas.

21.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

21.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

(...)

### **10.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

10.15.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 21.2. e seus subitens do Anexo I deste edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

#### **21.2 . Qualificação econômico financeiro**

21.2.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar os documentos relacionados a seguir, em conformidade com o artigo 69, da Lei 14.133/2021.

21.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 3% (três por cento) do valor estimado do item que o licitante estiver participando.

21.2.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

21.2.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há

menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

21.2.5. O Balanço Patrimonial é necessário em função do caso não se enquadrar no Art. 70, III da Lei nº 14.133/21.

21.2.6. Certidão Negativa de Feitos sobre Falência nos termos da Lei 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, nos **últimos 90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

21.2.7. A exigência dos documentos de qualificação econômica e financeira constantes do item 21.2 é indispensável à garantia do cumprimento das obrigações do objeto deste Termo de Referência.

(...)

## **10.16. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.16.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 21.3. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência deste Edital, conforme transcrevemos:

(...)

### **21.3. Da Qualificação Técnica**

21.3.1. Para fins de qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica, (declaração ou certidão) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto da licitação, em conformidade com o artigo 67, §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/2021.

21.3.2. Considerando o quantitativo de aquisição para o item 1 do item 4.3 do TR, as empresas deverão apresentar atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já forneceu serviços assemelhados com o item, no percentual de 20% (vinte por cento).

21.3.3. Considerando o valor da contratação do item 7 do TR, as empresas deverão apresentar atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já forneceu serviços assemelhados com o item, no percentual de 20% (vinte por cento).

21.3.4. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade.

21.3.5. Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista na lei federal nº 14.133/2021, para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do atestado.

21.3.6. A exigência dos documentos de qualificação técnica constantes do item 21.3 é indispensável à garantia do cumprimento das obrigações do objeto deste Termo de Referência.

(...)

10.17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.17.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

## **10.18. DAS DECLARAÇÕES:**

10.18.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações, exclusivamente em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, não sendo necessária a juntada das mesmas com os demais documentos de habilitação/proposta:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação

b) Declaração, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.

d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

e) Declaração caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

g) Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência

10.19. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

## **11. DO RECURSO**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de JULGAMENTO e HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

11.2. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

11.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

11.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **12. DA HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **13. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

13.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de

fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE/ VIGÊNCIA CONTRATUAL/ GARANTIA CONTRATUAL**

14.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 26. e 26.13 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

##### **26. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

26.1. A formalização da contratação se dará por meio de Contrato Administrativo, conforme disposto no Art. 92 e 95 da Lei nº 14.133/21.

26.2. Administração convocará o interessado para assinatura do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data da ciência ao chamamento, firmar o instrumento nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

26.3. A convocação poderá ser prorrogada uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte Contratada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo **justificado** e aceito pela Administração.

26.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar as empresas remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas, prevista no artigo 90, parágrafo 2º da Lei 14.133/21.

26.5. O contrato terá **vigência de 36 (trinta e seis) meses**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitindo inclusive a negociação com o contratado.

26.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, estabelecidas na Lei. 14.133/21.

26.7. Toda e qualquer modificação, redução ou acréscimo nas disposições do Contrato será formalizada através de Termo Aditivo, exceto as previstas no artigo 136 da Lei 14.133/93.

26.8. É obrigação do contratado, durante toda a execução do serviço prestado, ter compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, além de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

26.9. Para critério de reajuste, deverão retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais (**Item 15.11**), desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela.

(...)

(...)

##### **26.13. Garantia Contratual**

26.13.1. No presente caso, não haverá exigência da garantia da contratação nos moldes do artigo 96 e seguintes da lei nº 14.133/2021, pois, conforme previsão no dispositivo, sua exigência constitui uma faculdade da administração, que deve ser analisada, em cada caso, os riscos que a contratação pode trazer, ou seja, está relacionada a complexidade do objeto/serviço, vulto da contratação e aos potenciais riscos oriundos da execução do contrato.

26.13.2. Assim, a equipe de planejamento, ao elaborar o Estudo Técnico Preliminar - ETP e validar a viabilidade da contratação, analisou os riscos associados à contratação, e em função de não existir histórico ou situação de risco relacionada à exigência de garantia, foi identificado pela equipe técnica a dispensabilidade de sua exigência, pois representaria um ônus desnecessário a ser

suportado pelo contratado.

(...)

## **15. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 26.12. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

(...)

### **26.12. Da Rescisão Contratual**

26.12.1. Os casos de rescisão de contrato serão aqueles regidos na Lei nº 14.133 de 2021 e no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

26.12.2. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do Título III, Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

26.12.3. O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura ao Contratante o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

26.12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

(...)

## **16. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO CONTRATUAL**

16.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 26.10. e 24.2.2. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

### **26.10 Do reajuste**

26.10.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação formal da CONTRATADA, o preço contratado poderá sofrer reajuste após o interregno de 12 (doze) meses, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI (IPEA) ou outro índice oficial que substituí-lo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

26.10.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

26.10.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

26.10.4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

26.10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

26.10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento seja extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que for determinado pela legislação então em vigor.

26.10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

26.10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

(...)

(...)

24.2.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem



necessários, decorrentes de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.

(...)

## 17. DO PAGAMENTO

17.1. Conforme estabelecido no item 16. e 17. e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### 16. Condições DO PAGAMENTO (lei 14.133/21, art.141, inciso III)

16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da apresentação formal da respectiva documentação, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, depois da liquidação da despesa:

- a) Nota fiscal;
- b) Termo de Recebimento Definitivo;
- c) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
- d) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011);
- h) Certidão Negativa referente ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

16.2. No que se refere a exigência constante nas alíneas "c" a "g" serão aceitas certidões positivas com efeito negativo.

16.3. As Notas Fiscais/Faturas devem conter no corpo da Nota a descrição do objeto/serviços, o número do empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.

16.4. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada.

16.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG, CNPJ: 04.798.328/0001-56** – Endereço: Av. Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas – CEP 76801-470 – Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, prédio curvo a esquerda, 6º andar.

16.6. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão dos valores, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar Nota Fiscal, para cobrança da parte controvertida com as devidas justificativas, neste caso, a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento no mesmo prazo estipulado.

16.7. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento  
e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

16.8. Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância da norma contida no art. 140, inciso II, alíneas **a e b**.

16.9. O **Estado de Rondônia**, pessoa jurídica de direito público interno, é responsável tributário

por substituição, uma vez que é o tomador do serviço, estando **obrigado a reter e recolher o ISSQN**, inclusive multa e acréscimos legais ao município de Porto Velho, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte em outro município (art. 264, inciso II, Lei complementar municipal nº 878, de 17 de dezembro de 2021).

16.10. Os serviços provenientes deste Termo de Referência deverão estar em conformidade ao item 1.07 da Lista de Serviços da Lei Complementar nº. 116 de 31 de julho de 2003 e suas alterações.

16.11. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação formal da CONTRATADA, o preço contratado poderá sofrer reajuste somente após o interregno dos 12 (doze) meses, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI (IPEA) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

16.12. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.13. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.14. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.15. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.16. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.17. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.18. O reajuste será realizado por apostilamento.

(...)

(...)

#### **17. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E PAGAMENTO SEMELHANTES ÀS DO SETOR PRIVADO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO, DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (ART. 40, 14.133/21)**

17.1 Em atenção ao Art. 40, I da Lei 14.133/2021, consta a indicação neste Termo de Referência das condições de pagamento, bem como os prazos para adimplemento, vejamos:

**Condições de Execução:** Item 14.

**Condições de pagamento:** item 16 e subitens

**Da Garantia da Contratação:** subitem 26.13

**Garantia prestado pelo fornecedor:** subitem 4.5

**Condições de recebimento do objeto:** item 14.3 e subitens

(...) (CONFERIR NO TERMO)

### **18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

18.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no item 25. e seus subitens do Termo de Referência - Anexo ao edital, conforme transcrevemos:

(...)

#### **25. SANÇÕES**

25.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas neste Termo de Referência.

25.2. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas nos art. 155 ao art. 163 da Lei nº 14.133/2021, assim como as descritas no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, garantindo a prévia defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal. Dentre as penalidades, tem-se:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa contratual;

IV - impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

25.3. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;

XIII - se recusar a Receber empenho;

XIV - não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos/realização serviços;

XV - Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;

XVI - Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;

XVII - Deixar de efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;

XVIII - Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos na tabela do item 25.11.

25.4. Na aplicação das sanções, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

25.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

25.6. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial deste Termo de Referência, a Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa, sobre a parcela inadimplida da presente contratação.

25.7. A multa será calculada na forma do termo de referência ou documento equivalente, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 19.3 e nos termos do art. 155 ao art. 163 da Lei nº 14.133/2021 e será calculada com base no quadro SANÇÕES - **item 24.11**.

25.8. A advertência deverá ser aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

25.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações

administrativas previstas no item 19.3, incisos II, III, IV, V, VI, e VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

25.10. A sanção declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 25.11 inciso: VIII ao XVIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Art. 155 da Lei 14.133/21 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do artigo 156 da Lei 14.133, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

25.11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

SANÇÕES		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE PECUNIÁRIA - MULTA *
I	dar causa à inexecução parcial do contrato com a entrega incompleta dos materiais/serviços ou deixar de providenciar recomposição complementar;	Multa de 1,6% por dia, por ocorrência.
II	dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	Multa de 4,0%, por ocorrência.
III	dar causa à inexecução total do contrato;	Multa de 10%
IV	deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	Multa de 4% sobre o valor contratado
V	não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	Multa de 0,5% por dia, por item e por ocorrência.
VI	não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	Multa de 1,0% por dia, por item e por ocorrência.
VII	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	Multa de 1,6 % por dia.
VIII	apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	Multa de 1,0% por dia, por ocorrência.
IX	fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	Multa de 1,0% por dia, por ocorrência.
X	comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Multa de 3,0% por dia, por ocorrência.
XI	praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	Multa de 1% sobre o valor contratado
XII	praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;	Multa de 10% sobre o valor contratado
XIII	se recusar a Receber empenho	multa de até 10% sobre o valor total adjudicado.
XIV	não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos/realização serviços	multa de até 5% sobre o valor total adjudicado, por ocorrência;
XV	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	1,6% por dia
XVI	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	Multa de 4% sobre o valor contratado por ocorrência.
XVII	Deixar de efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;	1,0% por dia, por dia e por ocorrência;
XVIII	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas.	3,0% por dia, por ocorrência

\* Incidente sobre a Parte Inadimplida

- 25.12. Após 16º (décimo sexto) dia da falta de entrega do objeto, será considerada inexecução total da contratação, o que ensejará a rescisão contratual.
- 25.13. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 25.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 25.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo se ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.
- 25.16. A sanção de advertência e a imposição de multa até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado poderão ser aplicadas diretamente pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização, assim como a constituição em mora do contratado em caso de inexecução do contrato, nos termos do Parágrafo Único do art. 185 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 25.17. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021, cumuladas ou não com multa, deverá ser precedida de processo administrativo, a ser conduzido por comissão integrada, no mínimo, por dois servidores públicos estáveis, respeitando os termos do art. 186 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 25.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, por meio de processo administrativo de responsabilização - PAR, observado o rito procedimental específico nos termos do art. 187 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.
- 25.19. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.
- 25.20. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 25.21. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 25.22. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 25.23. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 25.24. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 25.25. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que **assegurar**á o **contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

(...)

- 18.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 19.1. Conforme estabelecido no item 24.2 e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### **24.2. Da Contratada/Fornecedor**

- 24.2.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem os dispositivos a seguir:
- 24.2.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrentes de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.
- 24.2.3. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada, relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de

que as mesmas sejam corrigidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 18, parágrafo 1º da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

24.2.4. Além das demais obrigações exigidas em Lei a empresa deverá:

24.2.5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

24.2.6. Entregar os serviços nas especificações contidas neste Termo de Referência;

24.2.7. Entregar o serviço na forma e prazo estipulado;

24.2.8. Entregar o serviço nas quantidades indicadas nesse TR;

24.2.9. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do serviço;

24.2.10. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE,

24.2.11. Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o serviço a ser adquirido, sobre tudo qualquer dificuldade encontrada;

24.2.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

24.2.13. A contratada deverá substituir, às suas expensas, os serviços rejeitados.

24.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

24.2.15. Realizar todo o suporte e intermediação com o fabricante no idioma português do Brasil.

24.2.16. Fornecer meios para que a equipe técnica da SEPOG possa validar atualizações de firmware e mudanças críticas de configuração em ambiente segregado (laboratório virtual) antes da aplicação no ambiente de produção, fornecendo as licenças de uso necessárias para tal ambiente durante a vigência contratual, garantindo que atualizações fornecidas pelo suporte não causem interrupção dos serviços.

(...)

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

20.1. Conforme estabelecido no item 24.1. e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### **24.1 Da Contratante**

24.1.1 Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

24.1.2. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis, devendo, caso seja necessário, aplicar à mesma as penalidades legais cabíveis;

24.1.3. Caso a comissão ateste que o serviço não esteja dentro das especificações constantes do presente Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções.

24.1.4. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa fazer a entrega do serviço dentro das especificações técnicas recomendadas, suas quantidades e periodicidade solicitadas.

24.1.5. Fornecer à Contratada, todos os esclarecimentos necessários sobre a entrega do serviço e demais informações que estes venham a solicitar;

24.1.6. acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o serviço deste termo de referência, através de representantes designados pela SEPOG;

24.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

(...)

## **21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

21.1. Conforme estabelecido no item 31 e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### **31. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- Considerando a natureza da demanda, os critérios de sustentabilidade adotados neste ETP priorizam a redução de impactos ambientais, a ampliação da vida útil dos ativos e a minimização



de resíduos, sem prejuízo da segurança e da continuidade dos serviços.

- Nesse sentido, devem ser observados, no planejamento e na execução da contratação, os seguintes critérios:

- Priorização da manutenção do parque instalado, evitando substituições prematuras de equipamentos e reduzindo a geração de resíduos eletroeletrônicos;

- Exigência de que as soluções e rotinas de suporte privilegiem boas práticas de eficiência energética, com recomendações técnicas do fornecedor para configuração/otimização do ambiente de gerenciamento e operação segura dos ativos;

- Adoção de medidas para redução de consumo de materiais, com preferência por comunicações, manuais, relatórios e evidências de suporte em formato digital;

- Quando houver necessidade de substituição futura de componentes, previsão de destinação ambientalmente adequada de equipamentos e materiais, com encaminhamento a operadores licenciados e/ou logística reversa, conforme políticas ambientais aplicáveis; e

(...)

## 22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da **Unidade Gestora: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG/RO**, conforme estabelecido no item 15 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, conforme transcrevemos:

(...)

### 15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Descrição sucinta dos itens	Quantidade	Un. de medida	Prog.	Ação	Elemento de Desp.
Renovação FortiCare Premium Support – FortiSwitch FS-1048E (36 meses)	01	licença/subscrição 36 meses	1015	2064	3.3.3.9.0.40.11.00
Renovação FortiCare Premium Support – FortiSwitch FS-148F-FPOE (36 meses)	07	licença/subscrição 36 meses	1015	2064	3.3.3.9.0.40.11.00
Renovação FortiCare Premium Support – FortiSwitch FS-124F-FPOE (36 meses)	10	licença/subscrição 36 meses	1015	2064	3.3.3.9.0.40.11.00
Renovação FortiCare Premium Support – FortiAP FAP-231F (36 meses)	04	licença/subscrição 36 meses	1015	2064	3.3.3.9.0.40.11.00
Renovação licença/subscrição UTP – FG-100F (36 meses)	02	licença/subscrição 36 meses	1015	2064	3.3.3.9.0.40.11.00
Renovação licença/subscrição Software de Gerenciamento Centralizado (36 meses)	01	licença/subscrição 36 meses	1015	2064	3.3.3.9.0.40.11.00

15.1 Cumpre informar que, considerando as fontes orçamentárias não decorrerem de recursos provenientes da União, não se vislumbrou a necessidade de publicação no Diário oficial da União - DOU.

(...)

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

23.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

23.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

23.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

23.11. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

23.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

23.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

23.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

## **24. DOS ANEXOS**

24.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I** - Termo de Referência, Id. (72744946);

**ANEXO II** - Minuta de Contrato, Id. (72763139);

**ANEXO III** - Mapa de Risco, Id. (67994186);

**ANEXO IV** - SAMS, Id. (69719186);

**ANEXO V** – Quadro Estimativo de Preços, Id. (71524179);

**ANEXO VI** - Minuta da Ata Id. (72806314).

Porto Velho-RO, *data e horário do sistema*.

**GABRIEL ALVES DA SILVA GAMA**

Matrícula nº \*\*\*\*\*238

Pregoeiro da Comissão de Tecnologia - COTEC

Portaria nº 134 de 27 de maio de 2026 Id. (72787097)

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO

**Elaborado por:**

**CRISTIAN FERREIRA CATACA**

Membro da Comissão de Tecnologia - COTEC - SUPEL/RO

**Revisado por:**

**JULIE CAVALCANTE PINHEIRO**

Membro da Comissão de Tecnologia - COTEC - SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Alves Da Silva Gama, Pregoeiro(a)**, em 01/06/2026, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIAN FERREIRA CATACA, Assessor(a)**, em 01/06/2026, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Julie Cavalcante Pinheiro, Assessor(a)**, em 01/06/2026, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72542903** e o código CRC **9BD8C089**.

**Referência:** Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0035.000043/2026-35

SEI nº 72542903



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG  
Núcleo de Planejamento de Compras e Contratos - SEPOG-NPCC

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

**Unidade Orçamentária:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

**Departamento:** Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - ASTIC/DIREX/SEPOG/RO.

**2. REQUISITOS LEGAIS**

2.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em atendimento aos regulamentos legais a seguir:

- a) Constituição Federal;
- b) Lei Federal nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações);
- c) Decreto nº 28.874, DE 25 DE JANEIRO DE 2024 (Regulamenta a Lei nº 14.133/2021);
- d) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e,
- e) Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

2.2. **Da equipe de planejamento**

Portaria nº 347 de 30 de maio de 2025 (69088406), da Comissão de Planejamento de Contratação de bens e serviços no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

**3. MODELOS PADRONIZADOS**

O modelo padrão utilizado foi o Termo de Referência (TR) para serviços de TIC da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG do processo Sei nº 0035.003501/2023-45, modelo este aprovado pela PGE-SEPOG, conforme Parecer 107 (0054637999).

**4. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. **Do Objeto**

4.2. Contratação de empresa especializada objetivando a renovação de licenças/subscrições e suporte do parque instalado, abrangendo a manutenção da solução atual de segurança e rede (Firewall, Switches, Wi-Fi/APs e software de gerenciamento centralizado (FortiAnalyzer/FortiManager ou equivalente), incluindo direito a suporte técnico, atualizações/correções e assinaturas de segurança, pelo período definido 36 meses (trinta e seis meses), objetivando atender as necessidades da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

4.2.1. A contratação deve respeitar as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência da referida contratação.

4.3. **Do Objetivo**

4.3.1. Garantir a **continuidade operacional**, a **segurança da informação** e a **sustentação do ambiente corporativo de rede e segurança** da SEPOG, mantendo o parque instalado com **suporte/subscrições vigentes** para acesso a **atualizações (firmware/patches/assinaturas)**, cobertura de atendimento conforme níveis/SLA aplicáveis e manutenção das funcionalidades de proteção necessárias, reduzindo riscos de indisponibilidade e vulnerabilidades e assegurando a gestão centralizada do ambiente.

4.4. **Das Especificações Técnicas/quantidade**

Item	Descrição	Unid.	Quant.	CATMAT/CATSER
01	Renovação de licença de suporte/subscrição <b>FortiCare Premium Support – FortiSwitch (FS-1048E)</b> – Equip. Conectiv. Rede – Tipo I	licença/subscrição	01	24333
02	Renovação de licença de suporte/subscrição <b>FortiCare Premium Support – FortiSwitch (FS-148F-FPOE)</b> – Equip. Conectiv. Rede – Tipo II	licença/subscrição	07	24333
03	Renovação de licença de suporte/subscrição <b>FortiCare Premium Support – FortiSwitch (FS-124F-FPOE)</b> – Equip. Conectiv. Rede – Tipo III	licença/subscrição	10	24333
04	Renovação de licença de suporte/subscrição <b>FortiCare Premium Support – FortiAP (FAP-231F)</b>	licença/subscrição	04	27502
05	Renovação de licença de suporte/subscrição para <b>UTP – FG-100F</b> (IPS, Advanced Malware Protection, Application Control, URL/DNS/Video Filtering, Antispam Service e FortiCare Premium) – Gerenc. Redes e Segurança – Tipo II	licença/subscrição	02	27502
06	Renovação de licença de suporte/subscrição para o <b>Software de Gerenciamento Centralizado para Redes e Segurança compatíveis com switches, firewalls, aps Fortinet (FortiAnalyzer/FortiManager ou equivalente)</b>	licença/subscrição	01	27502

4.5. **Das condições gerais e garantia do Serviço/Materiais**

4.6. Todos os serviços comuns ofertados, no que couber, deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

4.7. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada, relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

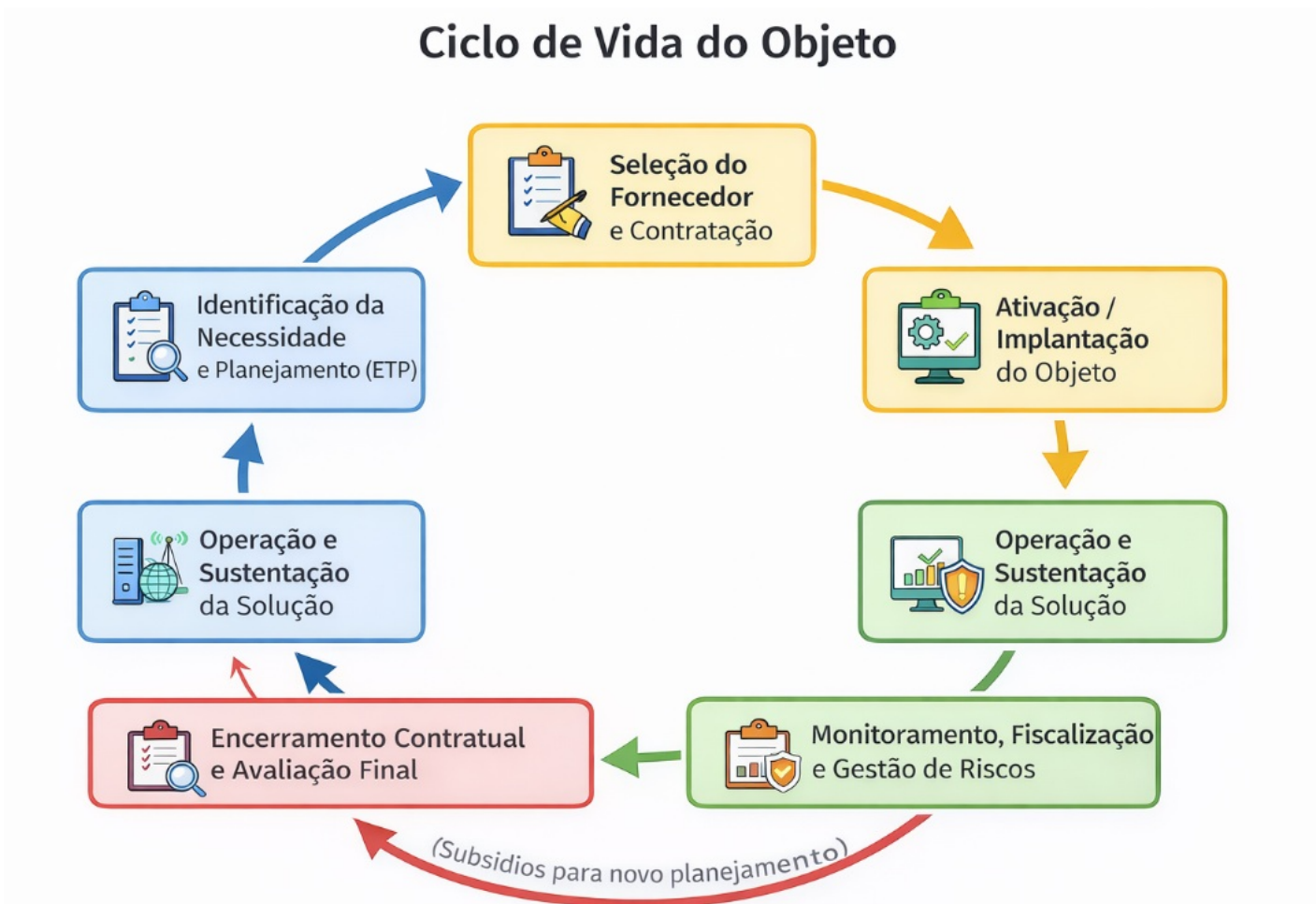
#### 4.8. **Classificação do serviço**

Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021, uma vez que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado.

#### 4.9. **Ciclo de vida do objeto**

Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Estadual nº 28.874/2024, o objeto da contratação deve ser analisado sob a perspectiva do seu ciclo de vida, compreendendo todas as etapas desde a concepção da necessidade até o encerramento e avaliação do contrato, considerando impactos operacionais, econômicos, administrativos e de governança.

No âmbito da presente contratação, o ciclo de vida do objeto está estruturado nas seguintes fases:



- Planejamento e concepção da solução: Etapa em que se identifica a necessidade institucional, avaliam-se os riscos, os impactos e as alternativas disponíveis no mercado, e se define a solução mais adequada para atendimento da demanda. Essa fase é materializada no presente Estudo Técnico Preliminar, que fundamenta a decisão administrativa.
- Seleção do fornecedor e contratação: Fase destinada à definição do modelo de contratação e à formalização do ajuste, com base nos requisitos técnicos e administrativos definidos no planejamento, assegurando-se a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- Ativação/implantação do objeto: Considerando a natureza do objeto (continuidade/renovação de solução já implantada), esta etapa envolve a ativação das licenças, subscrições e serviços de suporte contratados, bem como a validação do acesso a atualizações, correções e demais funcionalidades previstas, sem necessidade de intervenções físicas relevantes.
- Operação e sustentação: Fase em que o objeto é efetivamente utilizado para atendimento das necessidades institucionais, abrangendo a operação contínua da solução, o acesso a suporte técnico especializado, atualizações e a preservação da continuidade operacional e da segurança da informação.
- Monitoramento, fiscalização e gestão de riscos: Etapa transversal ao longo da vigência contratual, envolvendo o acompanhamento da execução, a verificação do cumprimento das obrigações contratuais, o controle de níveis de serviço e a gestão dos riscos previamente identificados.
- Encerramento e avaliação do ciclo: Fase final do ciclo de vida, compreendendo o término da vigência contratual, a avaliação dos resultados alcançados, o registro de lições aprendidas e a geração de subsídios para futuras contratações, promovendo o aperfeiçoamento do planejamento institucional.

4.10. Assim, considerando o disposto no art. 6º, inciso XXIII, alínea c, da Lei nº 14.133/2021, referente ao ciclo de vida do objeto, destaca-se que, em razão da natureza do serviço proposto, o ciclo de vida do objeto está diretamente vinculado ao período de vigência contratual, estabelecido inicialmente em **36 (trinta e seis) meses**, com pagamento em parcela única em até 30 (trinta) dias, conforme prática usual de mercado.

4.11. Ressalta-se que, conforme a necessidade e o interesse da Administração, o contrato poderá ser **prorrogado**, nos termos da legislação vigente, desde que devidamente demonstrada a **vantajosidade técnica e econômica** da continuidade do serviço, bem como a manutenção da qualidade, disponibilidade e segurança exigidas para atendimento às necessidades institucionais da SEPOG.

#### 4.12. **Alinhamento com os Instrumentos de Planejamento Organizacional**

A pretendida aquisição está prevista no Portaria nº 173 de 03 de março de 2026 (70062214).

Instrumento	Descrição
Planejamento Estratégico SEPOG para 2023/2027	Portaria nº 862 de 17 de novembro de 2025 ( 69764100), publicada no DIOF/RO n. 250, na data de 30/12/2022.
Eixo V - item 231	Portaria nº 173 de 03 de março de 2026

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução proposta consiste na manutenção e sustentação do ambiente institucional de rede e segurança da informação da SEPOG, por meio da renovação das licenças, subscrições e suportes técnicos do parque tecnológico atualmente instalado, abrangendo os componentes de Firewall em alta disponibilidade (cluster), switches, access points e software de gerenciamento centralizado de redes e segurança.

5.2. Trata-se de solução integrada de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), voltada à continuidade operacional, à proteção da infraestrutura crítica, à gestão centralizada e ao atendimento aos requisitos de segurança da informação, governança e disponibilidade dos serviços digitais do órgão. A solução assegura o acesso a atualizações, correções, assinaturas de segurança, firmware e suporte técnico especializado, indispensáveis para mitigação de vulnerabilidades, resposta a incidentes e manutenção da postura de segurança institucional.

5.3. A arquitetura já se encontra implantada, operacional e integrada ao Data Center da SEPOG, sustentando sistemas corporativos, serviços digitais, conectividade interna e externa, redes cabeadas e sem fio, bem como serviços essenciais de monitoramento, auditoria e rastreabilidade. Nesse contexto, a solução proposta não demanda intervenções físicas relevantes, obras ou reestruturações prediais, limitando-se, quando necessário, a ajustes de natureza lógica (configurações, ativações e validações de licenciamento).

5.4. A adoção da solução preserva o investimento público já realizado, reduz riscos operacionais e evita custos e impactos associados a processos de migração ou substituição tecnológica, os quais poderiam acarretar indisponibilidade temporária de serviços, aumento de complexidade operacional e ampliação da exposição a riscos. Além disso, a continuidade da solução vigente garante aderência ao modelo de governança técnica adotado, com gestão centralizada, padronização de configurações, controle de mudanças e suporte às atividades de fiscalização e auditoria.

5.5. Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a solução apresenta baixo risco residual, elevada previsibilidade operacional e aderência aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e gestão de riscos, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 28.874/2024, configurando-se como a alternativa mais adequada e vantajosa para atendimento da necessidade institucional identificada no Estudo Técnico Preliminar (68334174).

### 5.6. Considerações Gerais

A solução contratada deverá ser fornecida de forma contínua, com observância rigorosa aos níveis mínimos de serviço (SLA), garantindo desempenho, segurança, disponibilidade e confiabilidade compatíveis com a criticidade das atividades desenvolvidas pela SEPOG.

## 6. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A SEPOG necessita assegurar a continuidade operacional, a disponibilidade e a efetividade dos serviços de conectividade e dos controles de Segurança da Informação, considerando que os componentes de firewall, switches, access points e o software de gerenciamento centralizado integram a infraestrutura crítica de TIC que sustenta os sistemas corporativos, as comunicações institucionais e os serviços digitais prestados pelo órgão. Esses ativos exercem funções essenciais de segurança perimetral, segmentação lógica da rede, controle e rastreabilidade de acessos, monitoramento e inspeção de tráfego, prevenção/deteção e resposta a incidentes, bem como registro e retenção de eventos para fins de auditoria e gestão de riscos. Assim, sua indisponibilidade, degradação de desempenho ou perda de cobertura de suporte/atualizações impacta diretamente a prestação de serviços públicos e a integridade das informações sob responsabilidade institucional (confidencialidade, integridade e disponibilidade), inclusive em contexto de conformidade e governança (p. ex., LGPD).

A necessidade envolve a contratação de Solução de TIC destinada à sustentação do ambiente de conectividade e segurança, abrangendo licenças de suporte e subscrição, itens correlatos para o conjunto integrado abaixo:

- Firewall em cluster (Alta Disponibilidade – HA), composto por 02 (dois) appliances, voltado a prover proteção de borda, controle de tráfego e segmentação entre Intranet, DMZ e acessos externos, com funções como filtragem e inspeção de tráfego, NAT, VPN, políticas de acesso, prevenção/deteção de ameaças (conforme módulos licenciados) e geração/registro de eventos para rastreabilidade e resposta a incidentes. A arquitetura em cluster visa reduzir o risco de indisponibilidade em caso de falha e sustentar requisitos de disponibilidade, governança e segurança.
- Switches e Access Points, responsáveis pela infraestrutura de acesso/distribuição da rede e pela conectividade institucional, inclusive em arquitetura típica na qual os APs são alimentados e conectados via PoE aos switches de acesso, com encaminhamento do tráfego à camada de distribuição/core e, posteriormente, aos serviços hospedados no Data Center.
- Software de gerenciamento centralizado de redes e segurança (ex.: FortiAnalyzer/FortiManager ou equivalente), utilizado para administração, padronização e governança de dispositivos e políticas, contemplando, no mínimo, direito de uso/continuidade, suporte técnico, atualizações/upgrades (correções, patches de segurança e novas versões), assegurando compatibilidade com os equipamentos gerenciados e mitigação Gerenciamento Centralizado de vulnerabilidades.

Trata-se de necessidade crítica e prioritária, pois a não realização tempestiva da contratação pode resultar em interrupção de suporte, expiração de subscrições, perda de direito a atualizações/correções (patches/firmware/assinaturas) e restrição ao suporte técnico especializado, com potencial redução/indisponibilidade de mecanismos essenciais de proteção (ex.: IPS, antimalware, controle de aplicações e filtros), elevando a exposição a vulnerabilidades e a ocorrência de incidentes cibernéticos. O impacto do risco incide diretamente sobre os serviços institucionais sustentados pela rede corporativa e pelo Data Center, incluindo, entre outros, os seguintes domínios e sistemas:

- [sigo.sepog.ro.gov.br](http://sigo.sepog.ro.gov.br);
- [ssa.sepog.ro.gov.br](http://ssa.sepog.ro.gov.br);
- [treinamento.sepog.ro.gov.br](http://treinamento.sepog.ro.gov.br);
- [sigecon.sepog.ro.gov.br](http://sigecon.sepog.ro.gov.br);
- [spp.sepog.ro.gov.br](http://spp.sepog.ro.gov.br);
- [www.sepog.ro.gov.br](http://www.sepog.ro.gov.br);
- [observatorio.sepog.ro.gov.br](http://observatorio.sepog.ro.gov.br);
- [antigo.sepog.ro.gov.br](http://antigo.sepog.ro.gov.br);
- [siplag.sepog.ro.gov.br](http://siplag.sepog.ro.gov.br);
- [appi.sepog.ro.gov.br](http://appi.sepog.ro.gov.br);
- [siaof.sepog.ro.gov.br](http://siaof.sepog.ro.gov.br);
- [pdes.sepog.ro.gov.br](http://pdes.sepog.ro.gov.br);
- [neifro.sepog.ro.gov.br](http://neifro.sepog.ro.gov.br);
- [ava.escoladegoverno.ro.gov.br](http://ava.escoladegoverno.ro.gov.br);
- [escoladegoverno.ro.gov.br](http://escoladegoverno.ro.gov.br);
- [eventos.sepog.ro.gov.br](http://eventos.sepog.ro.gov.br).

Ressalta-se, ainda, que o **Contrato nº CNT/1283/SEPOG/PGE/2023 (0044757085)** não prevê hipótese de prorrogação (Cláusula Décima, item



10.2), o que impõe a instauração tempestiva de novo procedimento, considerando as etapas de planejamento, instrução, seleção do fornecedor e formalização contratual, de modo a evitar descontinuidade de suporte, licenças, subscrições e atualizações de segurança. Nessa linha, a contratação deve estar estruturada para evitar qualquer lapso de cobertura a partir de 29/12/2026, preservando a continuidade dos controles e a disponibilidade do ambiente.

Registra-se que a contratação possui dependência funcional em relação ao processo de contratação do Link de Internet, uma vez que os serviços de redes e segurança atuam de forma integrada e complementar à conectividade externa, sendo condicionados às características, capacidades e níveis de serviço do link. Assim, definições e ajustes desse processo podem impactar o dimensionamento técnico e o escopo final desta contratação.

Como **resultados imediatos** esperados, a contratação deverá:

- (i) Assegurar a continuidade e a disponibilidade da infraestrutura de segurança e conectividade, sem lapso de cobertura;
- (ii) manter a postura de Segurança da Informação com elegibilidade a atualizações/correções (patches, firmware, upgrades e assinaturas), reduzindo exposição a vulnerabilidades conhecidas e sustentando alta disponibilidade por meio do cluster de 02 firewalls;
- (iii) ampliar visibilidade e rastreabilidade, com centralização e preservação de logs e melhoria da capacidade de detecção/triagem e resposta;
- (iv) reforçar a governança técnica e a padronização por gestão centralizada e controle de mudanças, reduzindo erros operacionais decorrentes de alterações manuais descentralizadas; e

Por fim, embora a demanda conste no DFD (68120880) com ênfase em continuidade do ambiente e suporte/subscrição do parque instalado, este ETP registra que o objetivo não é meramente convalidar a solução atualmente adotada, mas fundamentar tecnicamente a decisão administrativa por meio de análise estruturada do problema, dos riscos e das necessidades de negócio e tecnológicas, com avaliação comparativa de alternativas viáveis (incluindo manutenção/continuidade e alternativas equivalentes ou superiores), considerando continuidade, risco, suporte, capacidade de gestão centralizada, requisitos de segurança e impactos operacionais. Caso a avaliação demonstre, de forma motivada e justificada, que outra alternativa oferece melhor relação custo-benefício, maior aderência às necessidades institucionais ou menor risco residual, poderá ser proposta a adequação/migração de solução, observados os princípios do interesse público, planejamento, eficiência e gestão de riscos.

#### 6.1. **Justificativa/motivação**

A motivação da contratação é mitigar riscos operacionais e de Segurança da Informação associados ao vencimento/expiração de suporte e subscrições dos ativos críticos de conectividade e segurança, assegurando a continuidade e a confiabilidade dos serviços digitais sustentados pela infraestrutura de TIC da SEPOG. Em termos objetivos, a contratação visa garantir:

- Suporte técnico e manutenção, com acesso a atendimento especializado (incluindo diagnóstico e resolução de falhas, orientações técnicas e eventual substituição, quando prevista em cobertura), reduzindo tempo de indisponibilidade e risco operacional;
- Atualizações, correções e hardening contínuo, preservando a capacidade de mitigação de vulnerabilidades e de resposta a ameaças emergentes;
- Continuidade das funcionalidades de proteção previstas no DFD (ex.: IPS, antimalware, controle de aplicações e filtros), indispensáveis para reduzir a exposição a ameaças e sustentar as políticas institucionais de segurança;
- Gestão centralizada e governança técnica, ampliando a consistência de configuração, rastreabilidade, padronização e reduzindo erros operacionais, preservando os ganhos obtidos com a arquitetura centralizada adotada no âmbito do processo 0035.002878/2023-87;
- Preservação do investimento público, mantendo o parque instalado com suporte e subscrições vigentes, evitando obsolescência operacional e reduzindo a probabilidade de contratações emergenciais com maior custo e risco;
- Atendimento às atribuições do CISO e fortalecimento da defesa cibernética institucional (Portaria nº 975/2025), uma vez que a manutenção de suporte/subscrições e da gestão centralizada constitui requisito prático para: (i) coordenar e sustentar controles de segurança em infraestrutura crítica; (ii) reduzir riscos e vulnerabilidades por meio de atualização e governança do ambiente; (iii) manter capacidade de detecção e resposta a incidentes com suporte especializado e controles ativos; e (iv) articular requisitos de segurança com áreas técnicas e de governança, incluindo interfaces com privacidade quando aplicável.

##### 6.1.1. **Da motivação da SEPOG e da Alta Gestão**

A motivação da SEPOG e da Alta Gestão para esta contratação está diretamente relacionada à continuidade do serviço público, à redução de riscos operacionais e à confiabilidade dos serviços digitais que suportam atividades finalísticas e administrativas do órgão. Na prática, assegurar suporte e subscrições vigentes para os ativos críticos de rede e segurança significa manter o ambiente institucional operando com estabilidade, evitando interrupções que afetem rotinas internas e a prestação de serviços ao cidadão.

Para os usuários internos (setores da SEPOG), os benefícios se traduzem em efeitos concretos no cotidiano de trabalho, como:

- menor ocorrência de interrupções no acesso a sistemas e portais institucionais, reduzindo retrabalho e atrasos;
- maior previsibilidade na disponibilidade de serviços essenciais (ex.: acesso a sistemas corporativos e serviços web);
- redução de incidentes associados a tráfego malicioso (ex.: bloqueio de conteúdos nocivos, mitigação de malware), diminuindo impactos como indisponibilidade de estações e perda de produtividade;
- melhora na experiência de uso da rede cabeada e Wi-Fi, com estabilidade e menor degradação perceptível durante a operação.

Para os gestores (chefias, coordenações, diretorias e Secretaria), a motivação se materializa em governança e capacidade de gestão, incluindo:

- redução do risco de paralisação de processos de trabalho e impactos em prazos, entregas e rotinas administrativas;
- maior confiabilidade dos serviços e sistemas sob responsabilidade das unidades, com menor necessidade de medidas improvisadas;
- prevenção de situações emergenciais, que tendem a gerar decisões sob pressão, com maior risco de custo e falhas;
- proteção da imagem institucional, reduzindo a probabilidade de incidentes que resultem em indisponibilidade prolongada ou exposição indevida de informações.

Para a Alta Gestão, a contratação atende a uma finalidade objetiva de resiliência institucional, pois:

- sustenta a capacidade da SEPOG de manter seus serviços digitais de forma contínua e segura;
- mitiga riscos com potencial de impacto relevante (ex.: indisponibilidade de serviços, incidentes cibernéticos e falhas operacionais);
- preserva o investimento público já realizado na arquitetura centralizada, reduzindo risco de obsolescência operacional e a probabilidade de substituições emergenciais;
- reforça a governança de segurança e a capacidade de resposta institucional, alinhada às responsabilidades de direção e supervisão do tema.

Para os usuários externos e titulares de dados (cidadãos, fornecedores, parceiros e demais públicos), a motivação está associada à confiança, continuidade e proteção, refletida em:

- maior disponibilidade e estabilidade dos serviços digitais acessados externamente (portais, consultas, integrações e serviços online);
- redução do risco de incidentes que possam comprometer informações pessoais e dados transacionais;

- maior previsibilidade do serviço, evitando interrupções prolongadas que afetem atendimento, transparência e acesso a informações;
- reforço das medidas de proteção de dados, coerente com as responsabilidades institucionais de segurança e com os princípios de proteção ao cidadão no tratamento de dados pessoais.

Portanto, a motivação desta Secretaria é garantir que a infraestrutura crítica de rede e segurança permaneça suportada, atualizada e operacional, proporcionando ambiente digital confiável para o trabalho dos servidores, para a gestão das unidades e para a continuidade dos serviços prestados à sociedade.

## 6.2. Condições necessárias e suficientes para a escolha da solução de TIC

Esses requisitos foram definidos com base nas necessidades de negócio e tecnológicas previamente mapeadas, no contexto de criticidade da infraestrutura de rede e segurança da SEPOG e nas diretrizes de governança, segurança da informação e continuidade dos serviços. Seu objetivo é estabelecer parâmetros objetivos e verificáveis que permitam avaliar a aderência das alternativas de solução, assegurando que a contratação contemple suporte, atualização, proteção, gestão centralizada e governança adequadas, em consonância com o Documento de Formalização da Demanda e com as responsabilidades institucionais envolvidas.

ID	Categoria	Requisito (necessário e suficiente)	Evidência mínima / Como comprovar	Rastreio ao DFD
R01	Suporte / Assistência	Incluir suporte técnico do fabricante ou de representante autorizado, com atendimento a chamados para diagnóstico, correção e orientação técnica durante toda a vigência.	Contrato/licença com vigência válida; portal do fabricante com status ativo; evidência de abertura de chamado de teste, quando aplicável.	Renovação de suporte/subscrição para Firewall, Switches, APs e software.
R02	Manutenção	Prever manutenção corretiva e, quando aplicável, cobertura de substituição/atendimento de hardware conforme o nível de suporte contratado, reduzindo o tempo de indisponibilidade.	Termos do suporte (SLA/RMA); documentação de cobertura; evidência de elegibilidade a RMA.	FortiCare Premium Support (switches/APs) e suporte do firewall.
R03	Atualizações	Garantir acesso a atualizações e correções (firmware, patches e assinaturas) durante toda a vigência, preservando a mitigação de vulnerabilidades.	Licença/subscrição ativa; histórico de updates disponível; comprovante de entitlement.	Renovação de licenças/subscrições.
R04	Segurança (proteções)	Manter subscrições ativas para funcionalidades essenciais de proteção (IPS, antimalware, controle de aplicações e filtros URL/DNS/vídeo), conforme escopo definido.	Comprovante de subscrições ativas; telas de status/licenciamento; relatório de funcionalidades habilitadas.	Serviços UTP do firewall previstos no DFD.
R05	Segurança (boas práticas)	Permitir hardening e operação com atualizações contínuas, reduzindo a superfície de ataque e riscos de exploração de vulnerabilidades conhecidas.	Documentação de boas práticas e hardening; evidência de versões suportadas; checklist de configuração segura.	Justificativas de segurança e continuidade do DFD.
R06	Gestão centralizada	Prover gestão centralizada do ambiente de rede e segurança, com administração unificada, padronização de configurações e rastreabilidade operacional.	Licença ativa do software; acesso ao console; evidência de dispositivos gerenciados e políticas aplicadas.	Renovação da licença do software de gerenciamento centralizado.
R07	Monitoramento / Governança	Suportar visibilidade operacional mínima (inventário, monitoramento e auditoria de configurações), compatível com governança e sustentação do ambiente.	Relatórios/exportações do console; logs de eventos e configurações; inventário de ativos.	Gestão centralizada e sustentação segura do ambiente.
R08	Compatibilidade	Ser compatível com a infraestrutura existente (perímetro, comutação, Wi-Fi e gestão), evitando ruptura operacional e reduzindo riscos de migração.	Declaração de compatibilidade; matriz de suporte; validação por inventário do parque.	Parque tecnológico atual descrito no DFD (modelos e quantidades).
R09	Preservação do investimento	Preservar o investimento já realizado, assegurando sustentação do parque instalado e evitando substituições emergenciais por perda de suporte/subscrição.	Justificativa técnica e econômica no ETP; comprovação de continuidade de suporte aos ativos existentes.	Foco em sustentação/continuidade do parque existente no DFD.
R10	Operação (competências)	Ser viável de operar e sustentar pela equipe interna, considerando processos e competências existentes, com transferência de conhecimento.	Plano de operação; materiais técnicos; acesso à base de conhecimento do fabricante.	Necessidade de sustentação contínua e governança do ambiente.
R11	Aceite / Evidências	Prever critérios mínimos de aceite: vigência do suporte/subscrição, direito a atualizações, ativação do gerenciamento centralizado (quando aplicável)	Termo de recebimento; evidências de ativação/licenciamento; certificados	Critérios de aceitação e escopo definidos no DFD.
R12	Conformidade	Apoiar diretrizes institucionais de Segurança da Informação e, quando aplicável, proteção de dados pessoais, garantindo rastreabilidade para auditoria e prestação de contas.	Políticas internas referenciadas; evidências de logs e auditoria; registros de governança.	Justificativa de segurança, continuidade e governança constantes no DFD.
R13	Governança (papel do CISO)	Permitir que a gestão do ambiente atenda às necessidades de coordenação e supervisão de segurança (gestão de risco, continuidade e resposta), conforme competências institucionais do CISO.	Relatórios e trilhas de auditoria; evidência de controles configuráveis; procedimentos operacionais aprovados.	Integração com governança de segurança e competências do CISO (Portaria nº 975/2025).

6.3. Dessa forma, o atendimento aos requisitos apresentados assegura que a solução de TIC selecionada seja capaz de sustentar, de maneira integrada e contínua, a infraestrutura crítica de rede e segurança da SEPOG, mitigando riscos operacionais e de segurança da informação. A observância desses requisitos contribui para a preservação do investimento público, para o fortalecimento da governança técnica e da atuação do CISO, e para a manutenção da capacidade institucional de prevenção, detecção e resposta a incidentes, sem prejuízo da continuidade dos serviços digitais. Assim, os requisitos necessários e suficientes aqui definidos servem como base técnica para a avaliação comparativa das alternativas e para a tomada de decisão administrativa fundamentada, alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, gestão de riscos e interesse público.

## 6.4. Alinhamento com os Instrumentos de Planejamento Organizacional

A pretendida contratação está prevista na Portaria nº 173 de 03 de março de 2026 (70062214).

DFD	Item	Descrição	UND	QTD. (A)
68120880	01	Renovação de licença de suporte/subscrição FortiCare Premium Support para o equipamento FortiSwitch (FS-1048E) Equip. Conectiv. Rede - Tipo I, pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	licença/subscrição 36 meses	01
	02	Renovação de licença de suporte/subscrição FortiCare Premium Support para o equipamento FortiSwitch (FS-148F-FPOE) Equip. Conectiv. Rede - Tipo II, pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	licença/subscrição 36 meses	07
	03	Renovação de licença de suporte/subscrição FortiCare Premium Support para o equipamento FortiSwitch (FS-124FFPOE) Equip. Conectiv. Rede - Tipo III, pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	licença/subscrição 36 meses	10
	04	Renovação de licença de suporte/subscrição FortiCare Premium Support para o equipamento FortiAP (FAP-231F), pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	licença/subscrição 36 meses	04

	05	Renovação de licença de suporte/subscrição para os equipamentos Unified Threat Protection (UTP) (FG-100F) (IPS, Advanced Malware Protection, Application Control, URL, DNS & Video Filtering, Antispam Service, and FortiCare Premium) (FG100F) Gerenc. Redes e Segurança – Tipo II pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	licença/subscrição 36 meses	02
	06	Renovação de licença de suporte/subscrição para o Software de Gerenciamento Centralizado para Redes e Segurança pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	licença/subscrição 36 meses	01

Por fim, em que pese haver a solicitação do **item 07** do DFD (68805190) que trata da solicitação de treinamento na solução, posteriormente verificou-se que conforme a **Informação nº 7/2026/SEPOG-ASTIC** (68805190) a contratação deste item representaria um acessório não essencial à continuidade dos serviços de segurança da informação, portanto, este item não mais será considerado no presente estudo.

#### 6.5. Natureza da demanda

A demanda objeto deste ETP refere-se à necessidade de prover uma Solução de TIC capaz de assegurar a continuidade operacional, a disponibilidade da conectividade corporativa e a manutenção dos controles de segurança da informação no ambiente tecnológico da SEPOG. Para atendimento dessa necessidade, será avaliada a contratação de licenças de suporte e subscrição, com os serviços e direitos correlatos (tais como suporte técnico, atualizações, correções de segurança e manutenção de elegibilidade a recursos/licenças), aplicáveis aos componentes essenciais da infraestrutura de redes e segurança: Firewall em alta disponibilidade (cluster), Switches, Access Points e software de gerenciamento centralizado de redes e segurança.

Trata-se de demanda típica de infraestrutura de TIC, voltada à sustentação de capacidade institucional mínima de proteção perimetral e interna, segmentação e controle de acessos, monitoramento e rastreabilidade de eventos, e gestão centralizada do ambiente. Nessa perspectiva, a demanda não se limita à aquisição de itens isolados: envolve a garantia de que a SEPOG disponha de um conjunto de recursos técnicos e de suporte que permita operar, administrar e manter os ativos de rede e segurança com estabilidade, segurança e governança.

Ressalte-se que este ETP não parte de decisão prévia quanto ao arranjo definitivo a ser adotado (continuidade do arranjo em uso, mudança parcial, substituição total ou solução híbrida). Assim, a natureza da demanda deve ser compreendida como a busca de uma solução que entregue capacidade operacional e de segurança, a ser definida após a avaliação comparativa das alternativas tecnicamente viáveis e economicamente justificáveis, considerando, entre outros fatores: custo total, riscos, impactos de transição/migração, compatibilidade com o ambiente, gestão centralizada, e nível de suporte e atualização necessários para manutenção da postura de segurança e continuidade dos serviços.

### 7. ESTIMATIVA DO VALOR E DA QUANTIDADE DA CONTRATAÇÃO

#### 7.1. Estimativa do valor

7.2. O valor estimado da contratação é de **R\$ 412.045,37 (quatrocentos e doze mil, quarenta e cinco reais e trinta e sete centavos)**, ressaltando-se que, na hipótese de superveniência de cotação mais recente, essa será considerada para fins de atualização do valor estimado, conforme quadro estimativo (71524179) e Relatório (71523317).

#### 7.3. Estimativa da quantidade:

As quantidades foram estimadas conforme **Documento de Oficialização de Demanda** (Sei nº68120880), devidamente previsto no Portaria nº 173 de 03 de março de 2026 (70062214). Prevê a contratação do presente objeto para atender as necessidades da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, distribuídas da seguinte maneira:

DFD	Item	Descrição	QTD. (A)
68120880	01	Renovação de licença de suporte/subscrição FortiCare Premium Support para o equipamento FortiSwitch (FS-1048E) Equip. Conectiv. Rede - Tipo I, pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	01
	02	Renovação de licença de suporte/subscrição FortiCare Premium Support para o equipamento FortiSwitch (FS-148F-FPOE) Equip. Conectiv. Rede - Tipo II, pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	07
	03	Renovação de licença de suporte/subscrição FortiCare Premium Support para o equipamento FortiSwitch (FS-124FFPOE) Equip. Conectiv. Rede - Tipo III, pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	10
	04	Renovação de licença de suporte/subscrição FortiCare Premium Support para o equipamento FortiAP (FAP-231F), pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	04
	05	Renovação de licença de suporte/subscrição para os equipamentos Unified Threat Protection (UTP) (FG-100F) (IPS, Advanced Malware Protection, Application Control, URL, DNS & Video Filtering, Antispam Service, and FortiCare Premium) (FG100F) Gerenc. Redes e Segurança – Tipo II pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	02
	06	Renovação de licença de suporte/subscrição para o Software de Gerenciamento Centralizado para Redes e Segurança pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	01

### 8. DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - NÃO APLICABILIDADE

8.1. Em relação à planilha de composição de custos, registra-se que não se aplica a exigência de composição analítica de custos (mão de obra, encargos, insumos, BDI ou estrutura interna do fornecedor) para a presente contratação, uma vez que o objeto consiste em licenças/subscrições e suporte técnico do parque instalado, caracterizando-se como serviço por prazo (subscrição), com preço formado pelo mercado e vinculado a tabelas/regras comerciais do fabricante e/ou revendas autorizadas.

8.2. Ressalta-se que a contratação não envolve obras ou serviços de engenharia, nem contempla dedicação exclusiva de mão de obra ou execução continuada com postos de trabalho, tampouco demanda intervenções no ambiente físico que justifiquem detalhamento de custos operacionais. Assim, para fins de planejamento e estimativa do valor da contratação, mostra-se suficiente e adequado o uso do quadro comparativo de preços e memória de cálculo do preço estimado (71524179), elaborado a partir das fontes de pesquisa disponíveis e devidamente juntadas ao processo, em conformidade com as práticas de pesquisa de mercado e com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Por fim, destaca-se que, no desenho atual do objeto (renovação/subscrição e suporte do parque instalado), justifica-se a não aplicabilidade de planilha de composição de custos, mantendo-se como documento pertinente o Quadro Comparativo de Preços (71524179).

### 9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 9.1. Requisitos de escopo mínimo

A contratação deverá contemplar, no mínimo, a renovação de licenças/subscrições e suporte técnico dos componentes críticos do parque instalado de rede e segurança, abrangendo Firewall UTP em alta disponibilidade (cluster), Switches, Access Points e software de gerenciamento centralizado.

Deverá ser garantido o direito de uso/continuidade das funcionalidades de proteção e governança, incluindo suporte técnico, atualizações, correções de segurança e assinaturas/bases de ameaças aplicáveis ao período contratado.

O escopo deverá ser contratado como serviço por prazo (subscrição/suporte por período), compatível com o parque já implantado, preservando o investimento e garantindo continuidade operacional.

#### 9.2. Requisitos de continuidade e suporte (SLA / RMA)

Deverá ser assegurado canal oficial de suporte (fabricante e/ou suporte do fornecedor autorizado), com níveis de serviço definidos no Termo de Referência,

evitando lacunas de cobertura durante a vigência.

Deverá haver previsão de atendimento e substituição/RMA quando aplicável, com prazos compatíveis com a criticidade do ambiente, de modo a preservar a continuidade dos serviços de rede e segurança.

#### 9.3. **Requisitos de atualização e correção**

A contratação deverá assegurar acesso a atualizações, patches, firmware e correções do fabricante durante toda a vigência, mantendo o ambiente suportado e atualizado.

Deverá assegurar a continuidade das assinaturas e mecanismos de proteção do firewall UTP, com atualização de bases e recursos de segurança pertinentes ao licenciamento contratado.

#### 9.4. **Requisitos de compatibilidade e operação no ambiente atual**

As licenças/subscrições e suportes a serem renovados deverão ser compatíveis com os ativos instalados e com a arquitetura atual integrada, sem exigir substituição de hardware para atendimento ao objeto.

A execução contratual deverá demandar apenas adequações lógicas/configurações de acesso, não gerando custos adicionais de infraestrutura predial.

A solução deverá manter a compatibilidade com a infraestrutura virtualizada do Data Center, quando aplicável aos componentes de gestão, observando requisitos mínimos de segurança e operação institucional.

#### 9.5. **Requisitos de gestão e governança**

Deverá ser mantida a capacidade de gerenciamento centralizado do ambiente de redes e segurança, assegurando visibilidade operacional, padronização e governança.

A contratação deverá sustentar a continuidade operacional e a postura de segurança do ambiente, alinhada às necessidades de negócio destacadas no ETP (68334174) - continuidade dos serviços, proteção cibernética e mitigação de vulnerabilidades.

#### 9.6. **Requisitos de entrega, comprovação e aceite**

A contratada deverá apresentar documentação de ativação/renovação das subscrições e suportes (ex.: comprovante, certificado ou evidência de consulta oficial do fabricante), com identificação dos itens cobertos e período de vigência.

O aceite deverá ocorrer mediante verificação da vigência ativa das subscrições, da elegibilidade a atualizações/assinaturas e da disponibilidade do canal de suporte conforme níveis de serviço pactuados.

#### 9.7. **Requisitos de vigência e forma de contratação**

A contratação deverá prever vigência de 36 (trinta e seis) meses, conforme estratégia definida para o objeto.

#### 9.8. **Requisitos de Implantação**

Considerando que a solução selecionada no ETP consiste na renovação de licenças/subscrições e suporte do parque instalado, a execução contratual não demanda implantação física de novos equipamentos nem migração de fabricante como condição para atendimento do objeto. Ainda assim, deverão ser atendidos requisitos mínimos de implantação lógica/ativação e de transição operacional, a fim de assegurar continuidade, rastreabilidade e conformidade.

A contratada deverá realizar a ativação/renovação das licenças/subscrições e do suporte de todos os itens abrangidos, garantindo cobertura integral durante a vigência, sem janelas de descontinuidade. Deverá ser apresentado plano de execução com cronograma, contemplando etapas de ativação/renovação por componente (Firewall/UTP, Switches, APs e software de gerenciamento centralizado), com marcos de início, ativação, validação e encerramento, compatíveis com a criticidade do ambiente e alinhados com a fiscalização.

Eventuais atividades de ajuste lógico (vinculação a portal do fabricante, associação de contratos/entitlements, atualização de chaves, registros e validações) deverão ocorrer em janela técnica acordada, resguardando a não interrupção dos serviços de rede e segurança. Concluída a ativação/renovação, a contratada deverá executar validação assistida, com checklist mínimo que comprove: vigência ativa, elegibilidade e acesso a atualizações/correções, atualização de assinaturas e mecanismos de segurança aplicáveis, e disponibilidade do canal de suporte conforme níveis pactuados, apresentando as respectivas evidências.

Como condição para aceite, a contratada deverá entregar relatório de implantação/ativação, contendo, no mínimo: relação dos itens cobertos, identificadores aplicáveis (ex.: número de série/part number/entitlement), período de vigência, modalidade de suporte, canais de atendimento e procedimentos para abertura e escalonamento de chamados, acompanhados de evidências de ativação em portal oficial do fabricante ou documento equivalente. Deverá, ainda, ser realizado repasse operacional (hand-off) à equipe técnica, com orientação objetiva sobre acionamento do suporte, severidades, prazos e fluxo de escalonamento.

Na hipótese de inconsistências de ativação/renovação (ex.: divergência de entitlement, item não reconhecido, erro de vínculo), a contratada deverá providenciar correção imediata, assegurando medidas de contingência para evitar perda de cobertura, sem ônus adicional à Administração. Em nenhuma hipótese as atividades de implantação lógica poderão impor alteração estrutural do ambiente, substituição de hardware ou mudanças que descaracterizem a arquitetura atual do parque instalado.

9.9. Requisito de Homologação e Validação de Segurança (Lab Environment): "Visando garantir a integridade do ambiente de produção e o cumprimento do Acordo de Nível de Serviço (SLA) referente à disponibilidade, a Contratada deverá disponibilizar, como parte integrante do serviço de suporte técnico e sem ônus adicional para a Contratante, 01 (uma) subscrição ou licença de uso para appliance virtual (FortiGate-VM ou equivalente da solução ofertada), compatível com o ambiente de virtualização da SEPOG, destinada exclusivamente para fins de homologação, testes de patches e validação de regras de segurança antes da aplicação em produção. Esta ferramenta é considerada requisito essencial para a garantia da execução segura das atualizações previstas no objeto

9.10. Os serviços deverão ser entregues no e-mail suporte@sepog.ro.gov.br com as licenças e os procedimentos necessários para sua ativação, a empresa deve dar total suporte no idioma português durante todo o processo de ativação.

### 10. **JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO**

10.1. Considerando o objeto da contratação (licenças/subscrições e suporte do parque instalado, abrangendo a manutenção integrada da solução atual de segurança e rede - Firewall em alta disponibilidade/cluster, Switches, Wi-Fi/APs e software de gerenciamento centralizado), conclui-se que não é recomendável o parcelamento do objeto.

10.2. Embora a Lei nº 14.133/2021 privilegie o parcelamento quando tecnicamente viável e vantajoso, no caso concreto os itens a contratar compõem um ecossistema único e interdependente, com operação integrada e governança centralizada, de modo que a fragmentação por itens ou por fornecedores tenderia a comprometer a padronização, aumentar o risco de incompatibilidades e dificultar a responsabilização por falhas (especialmente em ambiente com cluster/HA e gestão centralizada), além de elevar custos indiretos com gestão de contratos e suporte.

10.3. Adicionalmente, o ETP (68334174) adota como estratégia aderente a renovação da subscrição/suporte (serviço por prazo) do parque existente, justamente para garantir a continuidade operacional e preservar o investimento já realizado, o que reforça a necessidade de contratação consolidada para manter cobertura homogênea de suporte, atualizações e assinaturas durante toda a vigência.

10.4. Dessa forma, justifica-se a opção pela não divisão do objeto, por se tratar de solução TIC integrada, em que o atendimento do interesse público (continuidade, segurança e governança do ambiente) demanda unidade técnica e operacional na contratação.

### 11. **DA APLICAÇÃO DE COTA ME/EPP**

11.1. Nos termos da [LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006](#) (arts. 47 a 49), analisou-se a possibilidade de adoção de tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, incluindo a aplicação de cota reservada prevista no art. 48, inciso III. Contudo,

considerando a natureza do objeto — renovação de licenças/subscrições e suporte do parque instalado, compondo solução integrada e interdependente (firewall em alta disponibilidade, switches, APs e software de gerenciamento centralizado). Assim, conclui-se que não é técnica nem operacionalmente recomendável o fracionamento do quantitativo para reserva de cota, sob pena de comprometer a padronização, a continuidade do suporte, a responsabilização por falhas e a governança centralizada da solução, com potencial prejuízo à vantajosidade e ao interesse público.

11.2. Ressalta-se, entretanto, que poderão ser observadas as demais disposições de favorecimento às ME/EPP aplicáveis ao certame, tais como os mecanismos de preferência/empate ficto e a possibilidade de regularização fiscal no prazo legal, quando cabíveis.

## 12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DE LOTE ÚNICO – RENOVAÇÃO DE LICENÇAS DE TI

12.1. A presente contratação tem por objeto a renovação de licenças de software e de serviços de suporte vinculados a equipamentos de tecnologia da informação, cujas funcionalidades se apresentam tecnicamente integradas e operacionalmente interdependentes, compondo solução única de infraestrutura tecnológica. Conforme evidenciado no levantamento de mercado (70927626; 70928315; 70966501 e 70931662) e no quadro comparativo constante dos autos (71524179), os itens correspondem a licenças, subscrições e serviços associados a equipamentos específicos, bem como a sistema centralizado de gerenciamento, formando ecossistema tecnológico indivisível, cuja fragmentação comprometeria a funcionalidade, a eficiência operacional e a adequada prestação do suporte técnico. Nesse contexto, embora a Lei nº 14.133/2021 estabeleça que o parcelamento do objeto deve ser adotado quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, a própria norma condiciona essa diretriz à análise das particularidades do caso concreto, cabendo à Administração demonstrar, no planejamento da contratação, a solução mais adequada sob os pontos de vista técnico e econômico. Os arts. 11, inciso I, 18, § 1º, inciso V, e 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 dão suporte a essa conclusão, ao vincularem a fase preparatória aos objetivos de eficiência, planejamento e escolha da solução mais apropriada ao interesse público.

12.2. No caso em exame, o parcelamento do objeto não se revela tecnicamente viável, uma vez que as licenças estão vinculadas a equipamentos específicos e a um sistema integrado de gestão, exigindo plena compatibilidade técnica, interoperabilidade entre os componentes e atuação coordenada no suporte e na manutenção. A eventual contratação por múltiplos fornecedores poderia gerar conflitos de responsabilidade quanto aos chamados técnicos e aos níveis de serviço, dificultar a apuração de falhas, elevar os riscos à segurança da informação e comprometer a continuidade operacional do ambiente tecnológico. Trata-se, portanto, de solução cuja integridade funcional depende da manutenção de unidade técnica entre seus elementos, de modo que a segregação contratual não apenas reduziria a eficiência da gestão, como também poderia inviabilizar o pleno funcionamento do conjunto. Esse entendimento é compatível com a orientação do Tribunal de Contas da União - TCU, segundo a qual o parcelamento deve ser analisado à luz da integridade da solução, da funcionalidade do objeto e dos impactos administrativos e operacionais decorrentes da divisão.

12.3. Sob o aspecto econômico e administrativo, a contratação em lote único mostra-se igualmente mais vantajosa, pois possibilita ganhos de escala, favorece a obtenção de melhores condições comerciais e evita custos indiretos decorrentes da necessidade de integração entre múltiplos fornecedores. Além disso, reduz os custos administrativos relacionados à gestão contratual, simplifica a fiscalização da execução e assegura maior agilidade na resolução de incidentes, uma vez que concentra em um único contratado a responsabilidade pela manutenção da solução. Em contratações que envolvem infraestrutura crítica de tecnologia da informação, como segurança de rede, controle de acessos e disponibilidade de sistemas institucionais, a centralização da responsabilização contratual constitui medida que reforça a governança da contratação e contribui para a mitigação de riscos operacionais. O TCU, em suas orientações sobre parcelamento, reconhece que este pode ser afastado quando houver perda de economia de escala, aumento dos custos globais, dificuldades adicionais de gestão contratual ou risco de prejuízo ao objeto pretendido¹.

12.4. No presente processo, os itens relacionados — a exemplo das licenças FortiSwitch, FortiAP, UTP e do software de gerenciamento centralizado — são interdependentes, geridos por plataforma única e inseridos em ecossistema tecnológico vinculado ao fabricante, circunstância que reforça a inviabilidade de contratação segregada. A divisão do objeto, nesse cenário, poderia acarretar falhas de compatibilidade entre versões de software, indisponibilidade de suporte coordenado, aumento da exposição a vulnerabilidades e dificuldades na definição de responsabilidade por eventuais falhas ou indisponibilidades. Assim, a adoção de lote único não configura restrição indevida à competitividade, mas medida tecnicamente justificada e necessária à preservação da integridade da solução, da segurança do ambiente computacional e da continuidade dos serviços públicos que dela dependem. A jurisprudência do TCU é firme no sentido de que a adjudicação por item ou o parcelamento não constituem regra absoluta, devendo ser afastados quando a divisão puder causar prejuízo ao conjunto da contratação ou à sua eficiência, desde que haja motivação técnica suficiente nos autos.

12.5. Tecnicamente, a unificação em lote único é imperativa devido à arquitetura de Security Fabric (ou malha de segurança integrada), na qual o Firewall, os Switches e os Access Points funcionam como uma solução única e tecnicamente integrada. Nesse ecossistema, os ativos operam como extensões lógicas do núcleo de segurança, permitindo a gestão centralizada e a interoperabilidade total entre os componentes, o que seria severamente comprometido pela fragmentação contratual. Além disso, a manutenção da alta disponibilidade (cluster HA) e a sincronização das assinaturas de proteção (UTP) exigem uma resposta coordenada e homogênea do suporte técnico para mitigar riscos de incompatibilidade de versões e garantir a continuidade operacional absoluta da infraestrutura crítica da SEPOG.

12.6. Diante do exposto, conclui-se que, no caso concreto, o parcelamento do objeto se mostra tecnicamente inviável e economicamente desvantajoso, ao passo que a contratação por lote único assegura a integridade da solução tecnológica, promove maior eficiência administrativa, reforça a segurança da informação, favorece a economicidade e se alinha ao interesse público. Desse modo, justifica-se a adoção de lote único como medida necessária para assegurar a adequada execução contratual e a continuidade dos serviços de tecnologia da informação no âmbito da Administração, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e com a orientação do Tribunal de Contas da União.

## 13. VANTAGENS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

13.1. A contratação proposta visa a obtenção de benefícios diretos e indiretos para a Administração, abrangendo aspectos técnicos, operacionais, econômicos, institucionais e de governança, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e gestão de riscos. Dentre os principais benefícios esperados, destacam-se:

**Continuidade e confiabilidade dos serviços públicos** - A manutenção do suporte e das subscrições do fabricante assegura a continuidade dos serviços de rede e segurança da informação, reduzindo o risco de indisponibilidades prolongadas, falhas críticas e interrupções que impactem diretamente as atividades finalísticas do órgão e o atendimento à sociedade.

**Aumento da prontidão e da resiliência dos sistemas** - A solução contratada possibilita resposta mais célere a incidentes, aplicação tempestiva de correções de vulnerabilidades e atualização contínua de mecanismos de proteção, elevando o nível de prontidão e resiliência do ambiente tecnológico institucional.

**Redução do risco operacional e de segurança da informação** - O suporte oficial e as atualizações regulares de firmware e assinaturas de segurança contribuem para a mitigação de riscos operacionais, cibernéticos e de conformidade, reduzindo a probabilidade de incidentes com impacto relevante sobre a disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações.

**Otimização do uso dos recursos humanos e aumento da produtividade** - A gestão centralizada e integrada da solução reduz a complexidade operacional, otimizando o esforço da equipe técnica existente, evitando a necessidade de ampliação do quadro de pessoal e permitindo maior foco em atividades estratégicas, com reflexos positivos na produtividade.

**Previsibilidade orçamentária e economicidade** - A contratação com horizonte definido e suporte contínuo proporciona previsibilidade de custos, facilita o planejamento orçamentário e assegura menor Custo Total de Propriedade (TCO) quando comparada às alternativas analisadas, evitando despesas indiretas decorrentes de falhas, retrabalho ou contratações emergenciais.

**Preservação do investimento público e do ciclo de vida dos ativos** - A renovação do suporte permite maximizar a vida útil do parque tecnológico existente, que se encontra dentro do ciclo de vida operacional, evitando substituições prematuras de equipamentos e garantindo melhor aproveitamento dos investimentos já realizados.

**Melhoria na governança e na gestão de TIC** - A solução contribui para o fortalecimento da governança de TIC, com padronização tecnológica, centralização da gestão, clareza de responsabilidades e maior aderência às boas práticas reconhecidas pelos órgãos de controle.

**Conformidade normativa e legal** - A contratação favorece a aderência às normas de segurança da informação e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente quanto à adoção de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais, conforme o art.

46 da Lei nº 13.709/2018, reduzindo riscos de responsabilização administrativa.

**Melhoria indireta no atendimento ao cidadão** - Ao assegurar maior estabilidade, disponibilidade e segurança dos sistemas de informação, a solução contribui indiretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, com menor incidência de falhas e interrupções nos serviços públicos suportados pela infraestrutura de TIC.

#### 14. DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

##### 14.1. Da Forma de Entrega

14.1.1. Considerando que o objeto consiste na renovação/ativação de licenças/subscrições e suporte técnico do parque instalado, a entrega ocorrerá, predominantemente, de forma eletrônica (entregues no e-mail suporte@sepog.ro.gov.br) com as licenças e os procedimentos necessários para sua ativação, a empresa deve dar total suporte no idioma português durante todo o processo de ativação), mediante ativação/renovação das coberturas e disponibilização dos respectivos direitos de uso, atualizações, correções e assinaturas de segurança durante a vigência contratada.

14.1.2. Para fins de acompanhamento, validação e recebimento, o ponto focal institucional será a **Gerência de Informática da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG**, localizada no Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Pacaas, 4º andar, sito à Av. Farquar, 3056 – Bairro: Pedrinhas – CEP: 76.820-408 – Porto Velho – RO, no horário de 08h00min às 13h30min, de segunda a sexta-feira, sem prejuízo de execuções remotas inerentes ao objeto.

14.1.3. A Contratada deverá encaminhar, ao final da ativação/renovação, **relatório de implantação/ativação**, contendo, no mínimo: relação dos itens cobertos, identificadores aplicáveis (ex.: número de série/part number/entitlement), período de vigência, modalidade de suporte, canais oficiais de atendimento e evidências de ativação/renovação (consulta/print do portal do fabricante ou documento equivalente), além de orientações objetivas para abertura e escalonamento de chamados.

##### 14.2. Do Prazo

14.2.1. O prazo para conclusão da entrega, entendido como ativação/renovação efetiva das licenças/subscrições e habilitação do suporte com as respectivas evidências/documentações, será de até **15 (quinze) dias úteis**, contados da data de assinatura do contrato (ou instrumento equivalente definido pela SEPOG/RO).

##### 14.3. Das Condições de Recebimento

14.3.1. O recebimento provisório e definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do objeto, nem a responsabilidade civil e profissional pela conformidade do serviço prestado, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do instrumento contratual.

14.3.2. A critério da Comissão de Recebimento e/ou da fiscalização, poderão ser realizadas validações técnicas para verificação de conformidade, incluindo, no mínimo: vigência ativa das subscrições, habilitação de suporte, elegibilidade a atualizações/correções, assinaturas/bases de segurança ativas (quando aplicável) e disponibilidade dos canais de suporte conforme pactuado.

14.3.3. Sendo satisfatórias as verificações, lavrar-se-á o Termo de Recebimento Definitivo. Caso sejam identificadas desconformidades, será lavrado Termo de Recusa/Não Conformidade, no qual constarão as pendências verificadas. Nessa hipótese, a Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e apresentar plano de correção, devendo regularizar a ativação/cobertura e reapresentar as evidências no prazo de 05 (cinco) dias úteis, salvo prazo diverso justificado e aceito pela Administração.

14.3.4. Não ocorrendo a regularização no prazo, caracterizar-se-á atraso/descumprimento contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas no Termo de Referência e no contrato. Todos os custos necessários à correção/regularização, quando imputáveis à Contratada, correrão às suas expensas, sem ônus adicional para a Administração.

14.3.5. O pagamento ficará condicionado ao cumprimento das exigências de recebimento, podendo ser sobrestado até a completa correção das pendências, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.3.6. Todas as despesas com taxas, impostos e encargos incidentes deverão estar incluídas no preço da proposta, sendo vedada a cobrança em separado por ocasião da emissão de Nota Fiscal/Fatura.

##### 14.4. Da Comissão de Recebimento:

14.5. A comissão de recebimento provisório e definitivo realizará o relatório técnico para posterior emissão de recebimento definitivo, onde será designado os fiscais e gestor de contrato, por meio de Portaria devidamente publicada, após a elaboração do contrato.

14.5.1. É de competência da comissão de recebimento provisório e definitivo:

I – Verificar questões físicas do objeto/serviço adquirido para constatar a integridade conforme estipulado em Termo de Referência.

II – Verificar a conformidade com a quantidade e especificações constantes do Termo de Referência.

##### 14.5.2. O recebimento dos serviços e dos prazos de recebimento

14.5.2.1. O serviço será recebido conforme disposição do artigo 140, inciso I da Lei 14.133/21:

##### 14.5.3. Do prazo de recebimento provisório e definitivo:

**a) Provisoriamente**, até **5 (cinco) dias úteis**, para posterior verificação da entrega do serviço, com as especificações deste termo de referência, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.

**b) Definitivamente**, até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação da compatibilidade das especificações do serviço entregue mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo devidamente assinado pela comissão.

##### 14.6. Critérios e prazos de medição

14.6.1. A medição dos serviços, para fins de faturamento, será realizada por lote contratado, considerando a efetiva ativação/renovação das licenças/subscrições e do suporte técnico do parque instalado, pelo período pactuado, devidamente comprovada por evidências documentais e validação técnica pela fiscalização/Comissão de Recebimento.

14.6.2. A medição terá como requisitos mínimos:

- vigência ativa das subscrições/suportes para cada item;
- habilitação do suporte e disponibilização dos canais oficiais de atendimento;
- elegibilidade a atualizações/correções e, quando aplicável, assinaturas/bases de segurança ativas; e
- entrega do relatório de ativação/renovação, com identificação dos itens cobertos, período de vigência e/ou comprovações (consulta/registro em portal do fabricante ou documento equivalente).

14.6.3. As eventuais prorrogações contratuais deverão observar o disposto na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à possibilidade de extensão da vigência contratual, quando aplicável, **até o limite máximo previsto em lei**, devendo tal possibilidade ser considerada pelos licitantes na formulação de suas propostas, visando à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

#### 15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Descrição sucinta dos itens	Quantidade	Un. de medida	Prog.	Ação	Elemento de Desp.
Renovação FortiCare Premium Support – FortiSwitch FS-1048E (36 meses)	01	licença/subscrição 36 meses	1015	2064	3.3.3.9.0.40.11.00

Descrição sucinta dos itens	Quantidade	Un. de medida	Prog.	Ação	Elemento de Desp.
Renovação FortiCare Premium Support – FortiSwitch FS-148F-FPOE (36 meses)	07	licença/subscrição 36 meses	1015	2064	3.3.3.9.0.40.11.00
Renovação FortiCare Premium Support – FortiSwitch FS-124F-FPOE (36 meses)	10	licença/subscrição 36 meses	1015	2064	3.3.3.9.0.40.11.00
Renovação FortiCare Premium Support – FortiAP FAP-231F (36 meses)	04	licença/subscrição 36 meses	1015	2064	3.3.3.9.0.40.11.00
Renovação licença/subscrição UTP – FG-100F (36 meses)	02	licença/subscrição 36 meses	1015	2064	3.3.3.9.0.40.11.00
Renovação licença/subscrição Software de Gerenciamento Centralizado (36 meses)	01	licença/subscrição 36 meses	1015	2064	3.3.3.9.0.40.11.00

15.1. Cumpre informar que, considerando as fontes orçamentárias não decorrerem de recursos provenientes da União, não se vislumbrou a necessidade de publicação no Diário oficial da União - DOU.

#### 16. CONDIÇÕES DO PAGAMENTO (LEI 14.133/21, ART.141, INCISO III)

16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da apresentação formal da respectiva documentação, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, depois da liquidação da despesa:

- a) Nota fiscal;
- b) Termo de Recebimento Definitivo;
- c) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB N° 1751, de 02/10/2014);
- d) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011);
- h) Certidão Negativa referente ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

16.2. No que se refere a exigência constante nas alíneas "c" a "g" serão aceitas certidões positivas com efeito negativo.

16.3. As Notas Fiscais/Faturas devem conter no corpo da Nota a descrição do objeto/serviços, o número do empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.

16.4. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada.

16.5. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG, CNPJ: 04.798.328/0001-56** – Endereço: Av. Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas – CEP 76801-470 – Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, prédio curvo a esquerda, 6º andar.

16.6. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão dos valores, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar Nota Fiscal, para cobrança da parte controvertida com as devidas justificativas, neste caso, a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento no mesmo prazo estipulado.

16.7. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

**EM = I x N x VP, onde:**

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

16.8. Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância da norma contida no art. 140, inciso II, alíneas **a e b**.

16.9. O **Estado de Rondônia**, pessoa jurídica de direito público interno, é responsável tributário por substituição, uma vez que é o tomador do serviço, estando **obrigado a reter e recolher o ISSQN**, inclusive multa e acréscimos legais ao município de Porto Velho, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte em outro município (art. 264, inciso II, Lei complementar municipal nº 878, de 17 de dezembro de 2021).

16.10. Os serviços provenientes deste Termo de Referência deverão estar em conformidade ao item 1.07 da Lista de Serviços da Lei Complementar nº. 116 de 31 de julho de 2003 e suas alterações.

16.11. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação formal da CONTRATADA, o preço contratado poderá sofrer reajuste somente após o interregno dos 12 (doze) meses, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI (IPEA) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

16.12. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.13. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.14. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.15. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.16. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.17. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.18. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 17. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E PAGAMENTO SEMELHANTES ÀS DO SETOR PRIVADO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO, DAS GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (ART. 40, 14.133/21)

17.1. Em atenção ao Art. 40, I da Lei 14.133/2021, consta a indicação neste Termo de Referência das condições de pagamento, bem como os prazos para adimplimento, vejamos:



**Condições de Execução:** Item 14.

**Condições de pagamento:** item 16 e subitens

**Da Garantia da Contratação:** subitem 26.13

**Garantia prestado pelo fornecedor:** subitem 4.5

**Condições de recebimento do objeto:** item 14.3 e subitens

## 18. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

18.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do serviço pela Contratada à outra empresa.

18.2. A vedação à subcontratação, cessão e/ou transferência neste projeto é essencial, não apenas para manter a alta qualidade e segurança na disponibilização dos domínios da SEPOG, mas também devido às especificidades do mercado

## 19. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista que o serviço a ser executado não é de grande porte, tampouco de execução técnica complexa, tornando operacionalmente inviável de ser executado por mais de uma empresa, não incidindo a aplicação do art. 15, da **Lei Federal Nº 14.133/21**. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o serviço a ser contratado envolver questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos mínimos de habilitação do edital.

## 20. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### 20.1. Da Forma de Seleção e critério de Julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio de licitação PREGÃO ELETRÔNICO, CUJO CRITÉRIO DE JULGAMENTO SERÁ O DE MENOR PREÇO POR LOTE, em conformidade com a Lei Federal n. 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento em que a proposta mais vantajosa para a Administração é a de menor preço por lote.

### 20.2. Da Validade da Proposta

20.2.1. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de homologação do certame.

20.2.2. Decorridos 90 dias da data de homologação do certame sem a convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

### 20.3. Do Regime de execução

20.3.1. Não se aplica por não se tratar de obras e serviços de engenharia.

### 20.4. Do Modo de Disputa

20.4.1. Aberto.

### 20.5. Da aplicação da margem de preferência

20.5.1. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

### 20.6. Da apresentação de Amostra

20.6.1. Não se aplica.

## 21. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

### 21.1. Habilitação Jurídica

21.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

21.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>;

21.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

21.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

21.1.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI;

21.1.6. No caso de **cooperativa**: visando garantir a regularidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados pela Administração Pública, citamos alguns dos principais motivos para a **vedação** à participação de cooperativas neste pregão:

a) Controle e responsabilização: Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração Pública busca evitar a dificuldade de controle e responsabilização pelos serviços prestados. Cooperativas são compostas por membros associados, e a rotatividade de cooperados pode dificultar a estabilidade e a continuidade dos serviços, tornando complexa a definição de responsabilidades em caso de falhas ou problemas na execução do contrato.

b) Segurança jurídica: A vedação evita situações ambíguas e potenciais questionamentos legais, uma vez que as cooperativas têm uma natureza peculiar e estão sujeitas a diferentes normas em comparação a outras formas de organização empresarial. Ao permitir a participação de cooperativas, poderia haver conflitos de interpretação sobre os direitos e deveres contratuais, afetando a segurança jurídica das contratações.

Diante do exposto, fica **vedada** a participação de empresa em forma de cooperativas.

21.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

21.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

### 21.2. Qualificação econômico financeiro

21.2.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar os documentos relacionados a seguir, em conformidade com o artigo 69, da Lei 14.133/2021.

21.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 3% (três por cento) do valor estimado do item que o licitante estiver participando.

21.2.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

21.2.4. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a

pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

21.2.5. O Balanço Patrimonial é necessário em função do caso não se enquadrar no Art. 70, III da Lei nº 14.133/21.

21.2.6. Certidão Negativa de Feitos sobre Falência nos termos da Lei 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, nos **últimos 90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

21.2.7. A exigência dos documentos de qualificação econômica e financeira constantes do item 21.2 é indispensável à garantia do cumprimento das obrigações do objeto deste Termo de Referência.

### 21.3. **Da Qualificação Técnica**

21.3.1. Para fins de qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica, (declaração ou certidão) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível com o objeto da licitação, em conformidade com o artigo 67, §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/2021.

21.3.2. Considerando o quantitativo de aquisição para o item 1 do item 4.3 do TR, as empresas deverão apresentar atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já forneceu serviços assemelhados com o item, no percentual de 20% (vinte por cento).

21.3.3. Considerando o valor da contratação do item 7 do TR, as empresas deverão apresentar atestado de capacidade técnica que evidencie que o licitante já forneceu serviços assemelhados com o item, no percentual de 20% (vinte por cento).

21.3.4. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade.

21.3.5. Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista na lei federal nº 14.133/2021, para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do atestado.

21.3.6. A exigência dos documentos de qualificação técnica constantes do item 21.3 é indispensável à garantia do cumprimento das obrigações do objeto deste Termo de Referência.

## 22. **RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

### 22.1. **Regularidade Fiscal**

22.1.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

22.1.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

22.1.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

22.1.4. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento

22.1.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

22.1.6. Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

### 22.2. **Do cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**

22.2.1. O licitante deverá apresentar declaração, relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

### 22.3. **Do cumprimento da Instrução Normativa nº 10/2025 (Imposto de Renda Retido na Fonte)**

22.3.1. A obrigação de retenção do Imposto de Renda alcançará todos os contratos vigentes, relações de compras e pagamentos efetuados por órgãos da Administração Pública Direta do estado de Rondônia, autarquias e fundações públicas e, ainda, por empresas estatais dependentes.

22.3.2. Para que se formalizem as hipóteses de isenção e imunidade tributária, o representante legal da Pessoa Jurídica contratada deverá apresentar, no momento da celebração do contrato, ajuste ou instrumento congêneres, bem como no momento de eventuais prorrogações, Declaração ao estado de Rondônia, conforme os seguintes modelos:

- Declaração de Instituições Inscritas no Simples Nacional;
- Declaração de Instituições de Educação e Assistência Social e CEBAS;
- Declaração de Instituições de Caráter Filantrópico, Recreativo, Cultural, Científico e Associações Cívicas e CEBAS;

### 22.4. **Do cumprimento do disposto no inciso XVII do art. 92º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021.**

22.4.1. O licitante deverá apresentar declaração, relativa ao cumprimento do disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/21 para reserva de cargos prevista em lei, para pessoa com deficiência:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

### 22.5. **Do cumprimento do disposto no inciso VI do art. 67 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021.**

22.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 23. **PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS**

23.1. Cumpre apontar que conforme o Estudo Técnico Preliminar (68334174), não se vislumbrou a possibilidade de exclusão de pessoas físicas, conforme previsto no art. 34, XIV do Decreto nº 28.874/2024.

23.2. No caso do licitante ser pessoa física deverá apresentar a documentação a seguir, conforme previsto na INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021:

I - certidões ou atestados de qualificação técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter as pessoas físicas fornecido os materiais ou prestado os serviços compatíveis com o objeto da licitação, conforme item 18.9 deste Termo de Referência;

II - apresentação pelo adjudicatário dos seguintes documentos:

a) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

- b) prova de regularidade perante a Seguridade Social e trabalhista;
- c) certidão negativa de insolvência civil;
- d) declaração de que atende os requisitos do edital ou do aviso de contratação direta;
- e) declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

III - exigência de a pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

IV - exigência do cadastramento da pessoa física no Sistema de Registro Cadastral Unificado (Sicaf).

Parágrafo único. O valor de que trata o inciso III deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

## 24. DAS OBRIGAÇÕES

### 24.1. Da Contratante

- 24.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 24.1.2. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis, devendo, caso seja necessário, aplicar à mesma as penalidades legais cabíveis;
- 24.1.3. Caso a comissão ateste que o serviço não esteja dentro das especificações constantes do presente Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções.
- 24.1.4. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa fazer a entrega do serviço dentro das especificações técnicas recomendadas, suas quantidades e periodicidade solicitadas.
- 24.1.5. Fornecer à Contratada, todos os esclarecimentos necessários sobre a entrega do serviço e demais informações que estes venham a solicitar;
- 24.1.6. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o serviço deste termo de referência, através de representantes designados pela SEPOG;
- 24.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

### 24.2. Da Contratada/Fornecedor

- 24.2.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem os dispositivos a seguir:
- 24.2.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrentes de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei nº. 14.133/2021.
- 24.2.3. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada, relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 18, parágrafo 1º da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 24.2.4. Além das demais obrigações exigidas em Lei a empresa deverá:
- 24.2.5. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 24.2.6. Entregar os serviços nas especificações contidas neste Termo de Referência;
- 24.2.7. Entregar o serviço na forma e prazo estipulado;
- 24.2.8. Entregar o serviço nas quantidades indicadas nesse TR;
- 24.2.9. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do serviço;
- 24.2.10. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE,
- 24.2.11. Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre o serviço a ser adquirido, sobre tudo qualquer dificuldade encontrada;
- 24.2.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 24.2.13. A contratada deverá substituir, às suas expensas, os serviços rejeitados.
- 24.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 24.2.15. Realizar todo o suporte e intermediação com o fabricante no idioma português do Brasil.
- 24.2.16. Fornecer meios para que a equipe técnica da SEPOG possa validar atualizações de firmware e mudanças críticas de configuração em ambiente segregado (laboratório virtual) antes da aplicação no ambiente de produção, fornecendo as licenças de uso necessárias para tal ambiente durante a vigência contratual, garantindo que atualizações fornecidas pelo suporte não causem interrupção dos serviços.

## 25. SANÇÕES

- 25.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas neste Termo de Referência.
- 25.2. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas nos art. 155 ao art. 163 da Lei nº 14.133/2021, assim como as descritas no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, garantindo a prévia defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal. Dentre as penalidades, tem-se:
  - I - advertência;
  - II - multa moratória;
  - III - multa contratual;
  - IV - impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e
  - V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 25.3. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:
  - I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - III - dar causa à inexecução total do contrato;
  - IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- XIII - se recusar a Receber empenho;
- XIV - não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos/realização serviços;
- XV - Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;
- XVI - Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;
- XVII - Deixar de efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;
- XVIII - Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos na tabela do item 25.11.

25.4. Na aplicação das sanções, serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

25.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

25.6. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial deste Termo de Referência, a Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa, sobre a parcela inadimplida da presente contratação.

25.7. A multa será calculada na forma do termo de referência ou documento equivalente, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 19.3 e nos termos do art. 155 ao art. 163 da Lei nº 14.133/2021 e será calculada com base no quadro SANÇÕES - **item 24.11**.

25.8. A advertência deverá ser aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

25.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 19.3, incisos II, III, IV, V, VI, e VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

25.10. A sanção declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 25.11 inciso: VIII ao XVIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Art. 155 da Lei 14.133/21 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do artigo 156 da Lei 14.133, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

25.11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

SANÇÕES		
ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE PECUNIÁRIA - MULTA *
I	dar causa à inexecução parcial do contrato com a entrega incompleta dos materiais/serviços ou deixar de providenciar recomposição complementar;	Multa de 1,6% por dia, por ocorrência.
II	dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	Multa de 4,0%, por ocorrência.
III	dar causa à inexecução total do contrato;	Multa de 10%
IV	deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	Multa de 4% sobre o valor contratado
V	não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	Multa de 0,5% por dia, por item e por ocorrência.
VI	não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	Multa de 1,0% por dia, por item e por ocorrência.
VII	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	Multa de 1,6 % por dia.
VIII	apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	Multa de 1,0% por dia, por ocorrência.
IX	fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	Multa de 1,0% por dia, por ocorrência.
X	comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Multa de 3,0% por dia, por ocorrência.
XI	praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	Multa de 1% sobre o valor contratado
XII	praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;	Multa de 10% sobre o valor contratado
XIII	se recusar a Receber empenho	multa de até 10% sobre o valor total adjudicado.
XIV	não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos/realização serviços	multa de até 5% sobre o valor total adjudicado, por ocorrência;
XV	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado;	1,6% por dia
XVI	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	Multa de 4% sobre o valor contratado por ocorrência.
XVII	Deixar de efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;	1,0% por dia, por dia e por ocorrência;
XVIII	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas.	3,0% por dia, por ocorrência

**\* Incidente sobre a Parte Inadimplida**

25.12. Após 16º (décimo sexto) dia da falta de entrega do objeto, será considerada inexecução total da contratação, o que ensejará a rescisão contratual.

25.13. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

25.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

25.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo se ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

25.16. A sanção de advertência e a imposição de multa até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado poderão ser aplicadas diretamente pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização, assim como a constituição em mora do contratado em caso de inexecução do contrato, nos termos do

Parágrafo Único do art. 185 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

25.17. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021, cumuladas ou não com multa, deverá ser precedida de processo administrativo, a ser conduzido por comissão integrada, no mínimo, por dois servidores públicos estáveis, respeitando os termos do art. 186 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

25.18. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, por meio de processo administrativo de responsabilização - PAR, observado o rito procedimental específico nos termos do art. 187 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

25.19. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

25.20. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

25.21. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

25.22. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

25.23. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

25.24. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente.

25.25. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, **que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

## 26. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

26.1. A formalização da contratação se dará por meio de Contrato Administrativo, conforme disposto no Art. 92 e 95 da Lei nº 14.133/21.

26.2. Administração convocará o interessado para assinatura do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data da ciência ao chamamento, firmar o instrumento nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21.

26.3. A convocação poderá ser prorrogada uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte Contratada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo **justificado** e aceito pela Administração.

26.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar as empresas remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas, prevista no artigo 90, parágrafo 2º da Lei 14.133/21.

26.5. O contrato terá **vigência de 36 (trinta e seis) meses**, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitindo inclusive a negociação com o contratado.

26.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, estabelecidas na Lei. 14.133/21.

26.7. Toda e qualquer modificação, redução ou acréscimo nas disposições do Contrato será formalizada através de Termo Aditivo, exceto as previstas no artigo 136 da Lei 14.133/21.

26.8. É obrigação do contratado, durante toda a execução do serviço prestado, ter compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, além de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

26.9. Para critério de reajuste, deverão retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais (**Item 15.11**), desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela.

### 26.10. Do reajuste

26.10.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação formal da CONTRATADA, o preço contratado poderá sofrer reajuste após o interregno de 12 (doze) meses, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI (IPEA) ou outro índice oficial que substituí-lo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

26.10.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

26.10.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

26.10.4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

26.10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

26.10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento seja extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que for determinado pela legislação então em vigor.

26.10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

26.10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 26.11. Dos acréscimos e Supressão Contratual

26.11.1. A Contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125, da Lei 14.133/2021 e aqueles determinados no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

### 26.12. Da Rescisão Contratual

26.12.1. Os casos de rescisão de contrato serão aqueles regidos na Lei nº 14.133 de 2021 e no Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

26.12.2. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual, nos termos do art. 138 da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

26.12.3. O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura ao Contratante o direito de extinguir o instrumento contratual a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

26.12.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

## 26.13. **Garantia Contratual**

26.13.1. No presente caso, não haverá exigência da garantia da contratação nos moldes do artigo 96 e seguintes da lei nº 14.133/2021, pois, conforme previsão no dispositivo, sua exigência constitui uma faculdade da administração, que deve ser analisada, em cada caso, os riscos que a contratação pode trazer, ou seja, está relacionada a complexidade do objeto/serviço, vulto da contratação e aos potenciais riscos oriundos da execução do contrato.

26.13.2. Assim, a equipe de planejamento, ao elaborar o Estudo Técnico Preliminar - ETP e validar a viabilidade da contratação, analisou os riscos associados à contratação, e em função de não existir histórico ou situação de risco relacionada à exigência de garantia, foi identificado pela equipe técnica a dispensabilidade de sua exigência, pois representaria um ônus desnecessário a ser suportado pelo contratado.

## 27. **DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

27.1. A fiscalização do contrato será realizada por comissão designada pela administração pública, que irá fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 117, da Lei 14.133/21, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato.

27.2. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo se depender de modificação de cálculo ou teste, hipótese em que será fixado um prazo de acordo com a complexidade do caso;

27.3. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

27.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do objeto/serviço, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei 14.133 de abril de 2021.

27.5. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do serviço e do contrato.

27.6. A verificação da adequação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

27.7. A fiscalização será feita por uma comissão especialmente nomeada para este fim pela **Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**, mediante portaria a ser publicada no diário oficial do Estado.

27.8. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, conforme § 3º, da Lei 14.133/21.

## 27.9. **Gestor do Contrato**

27.9.1. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

27.9.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

## 28. **DA ADOÇÃO DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO, COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E ARBITRAGEM PARA A SOLUÇÃO DE LITÍGIO**

Conforme o caput do art. 151 da Lei 14.133/21, é facultado à Administração utilizar os meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias em suas contratações, por outro lado, o parágrafo único exige que tais meios sejam aplicados às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis.

Dessa forma, caso necessário, serão adotados os meios alternativos de resolução de controvérsias, tendo em vista que o objeto a ser licitado possui valor econômico e pode ser comercializado ou transacionado livremente por seus titulares, obtendo assim uma maior celeridade na solução dos conflitos no âmbito administrativo, evitando o custo e a morosidade do Poder Judiciário.

## 29. **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LEI Nº 13.709/2018 - LGPD E DA LEI FEDERAL Nº 12.527/2011 DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI**

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei 13.709, estabelece uma série de princípios e requisitos relacionados à segurança dos dados pessoais. O respeito à segurança dos dados é de extrema importância por várias razões:

- **Proteção dos Direitos Individuais:** A LGPD visa proteger os direitos e liberdades dos titulares dos dados pessoais. Isso significa que as informações pessoais de indivíduos devem ser tratadas de forma a evitar acessos não autorizados, prevenindo assim a violação de seus direitos à privacidade e à proteção de dados.
- **Prevenção à Fraude e à Segurança do Titular:** A lei permite o tratamento de dados sensíveis quando necessário para garantir a prevenção à fraude e a segurança dos titulares. Isso é fundamental para proteger as pessoas contra crimes e atividades fraudulentas.
- **Pesquisas em Saúde Pública:** A LGPD reconhece a importância das pesquisas em saúde pública, mas exige que esses dados sejam tratados em ambiente controlado e seguro, garantindo a confidencialidade e a segurança das informações dos indivíduos envolvidos.
- **Responsabilidade:** A lei estabelece a responsabilidade dos controladores e operadores de dados pessoais em garantir a segurança da informação. Qualquer violação de segurança que resulte em danos aos titulares de dados é de responsabilidade do controlador ou operador.
- **Relatório de Impacto à Proteção de Dados:** A autoridade nacional de proteção de dados pode exigir que as organizações elaborem relatórios de impacto à proteção de dados, incluindo a descrição das medidas de segurança adotadas. Isso incentiva as empresas a investirem em segurança da informação.
- **Obrigações Permanentes:** A LGPD estabelece que a obrigação de garantir a segurança dos dados pessoais continua mesmo após o término do tratamento dos dados. Isso significa que as organizações devem manter a segurança das informações mesmo após sua utilização inicial.

Em resumo, a LGPD enfatiza a importância da segurança dos dados pessoais como um elemento essencial para a proteção dos direitos individuais, a prevenção de fraudes, a pesquisa em saúde pública e a responsabilidade das organizações. Adotar medidas de segurança adequadas não apenas ajuda a cumprir a lei, mas também constrói a confiança dos titulares de dados e protege a reputação das organizações.

## 30. **DA PROPRIEDADE INTELECTUAL - ARTIGO 42 DO DECRETO ESTADUAL 28.874/2024**

30.1. Considerando que o objeto desta contratação consiste na renovação de licenças/subscrições e suporte técnico do parque instalado de rede e segurança (Firewall/UTP, Switches, APs e software de gerenciamento centralizado), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, com direito a atualizações/correções de segurança, não se trata de desenvolvimento de solução sob encomenda, mas de contratação de serviços por prazo vinculados a regras e condições de licenciamento do fabricante e/ou de seus canais autorizados.

30.2. Assim, todos os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais relativos a softwares, firmwares, bases de assinaturas, atualizações, documentação técnica do fabricante, marcas, nomes comerciais e demais ativos intangíveis associados à solução (incluindo, quando aplicável, o software de gerenciamento centralizado FortiAnalyzer/FortiManager ou equivalente) permanecem de titularidade de seus respectivos proprietários, não havendo cessão, transferência ou licenciamento além do estritamente necessário ao cumprimento do objeto e dentro da vigência contratual. A Administração será assegurada o direito de uso das licenças/subscrições e do suporte correspondente, de forma regular, pelo período contratado, inclusive com comprovação/evidências de ativação/renovação e do período de vigência.

## 31. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

Considerando a natureza da demanda, os critérios de sustentabilidade adotados neste ETP priorizam a redução de impactos ambientais, a ampliação

da vida útil dos ativos e a minimização de resíduos, sem prejuízo da segurança e da continuidade dos serviços.

Nesse sentido, devem ser observados, no planejamento e na execução da contratação, os seguintes critérios:

- Priorização da manutenção do parque instalado, evitando substituições prematuras de equipamentos e reduzindo a geração de resíduos eletroeletrônicos;
- Exigência de que as soluções e rotinas de suporte privilegiem boas práticas de eficiência energética, com recomendações técnicas do fornecedor para configuração/otimização do ambiente de gerenciamento e operação segura dos ativos;
- Adoção de medidas para redução de consumo de materiais, com preferência por comunicações, manuais, relatórios e evidências de suporte em formato digital;
- Quando houver necessidade de substituição futura de componentes, previsão de destinação ambientalmente adequada de equipamentos e materiais, com encaminhamento a operadores licenciados e/ou logística reversa, conforme políticas ambientais aplicáveis; e

## 32. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

32.1. Após análise do escopo e das alternativas avaliadas no ETP (68334174), não se identificou, para a pretensa contratação, a necessidade de contratação correlata e/ou interdependente para viabilizar a execução do objeto. Isso porque a contratação se limita à renovação de suporte e subscrições dos ativos já implantados (firewall, switches, Wi-Fi e gestão centralizada), sendo as adequações necessárias predominantemente de natureza lógica (configurações de acesso) e, quando aplicável, logística (ex.: reserva de espaço), sem demandar infraestrutura adicional ou serviços acessórios indispensáveis.

32.2. Ressalta-se que a infraestrutura objeto do processo já se encontra operacional e integrada, sustentando serviços críticos de TIC, o que reforça a inexistência de dependências externas novas para início/continuidade da execução contratual, além das condições internas já disponíveis (ambiente de Data Center/virtualização e equipe técnica).

## 33. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Previamente à celebração do contrato, a Administração deverá adotar providências voltadas à adequada governança e execução da contratação, incluindo a designação formal de gestor e fiscais do contrato, com definição clara de responsabilidades.

Ao elaborar o contrato, deve verificar a viabilidade de prorrogação por período adicional de 12 meses.

## 34. DAS CONDIÇÕES GERAIS

34.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos e decididos aplicando-se a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

34.2. Ocorrendo fato novo decorrente de caso fortuito ou força maior, nos termos previstos na legislação vigente, que obste o cumprimento pela contratada dos prazos e demais obrigações aqui estatuídas, a mesma ficará isenta das multas e penalidades pertinentes.

34.3. As partes contratantes elegem o foro de Porto Velho/RO como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do contrato, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa.

### Elaboração:

**ROBERTA SILVA DOS SANTOS GONÇALVES**

Chefe de Núcleo de Planejamento de Compras e Contratos - SEPOG-NPCC

**NATÁ JOSÉ FERREIRA DE MORAIS**

Assessor Técnico

### Revisão:

**NICKSON NERES DE MOURA**

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

**VALDEMIR COSTA ARAÚJO**

Gerente de Compras, Licitações e Contratos - SEPOG

### APROVO:

Após análise, aprovo o Termo de Referência, considerando que a necessidade da Unidade demandante foi analisada e os parâmetros para a contratação foram definidos em observância aos princípios da licitação, demonstrando assim o atendimento do interesse público. Tal documento cumpre a determinação expressa no §1º do art. 40, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e nos arts. 45 e 46 do Decreto n. 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

**ANA CLÁUDIA SALES PINHEIRO**

Diretora Executiva da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG  
Delegação de Competência da Portaria nº 361, de 04 de maio de 2026 ( 71787964)

<sup>1</sup> BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão n. 2529/2021 – Plenário. Processo TC 037.472/2021-6. Relator: Ministro Raimundo Carreiro. Sessão de 20 out. 2021. Brasília, DF: TCU, 2021. Disponível em [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/?utm\\_source=chatgpt.com](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 8 abr. 2026.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLÁUDIA SALES PINHEIRO**, **Diretor(a) Executivo(a)**, em 29/05/2026, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NICKSON NERES DE MOURA**, **Especialista**, em 29/05/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).





Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR COSTA ARAUJO**, **Gerente**, em 29/05/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Natã José Ferreira de Moraes**, **Assessor(a)**, em 29/05/2026, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTA SILVA DOS SANTOS**, **Chefe de Núcleo**, em 29/05/2026, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72744946** e o código CRC **DC994E24**.



## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Procuradoria Geral do Estado - PGE

Procuradoria Geral junto à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - PGE-SEPOG

### MINUTA DE CONTRATO

#### \* MINUTA DE DOCUMENTO

**CONTRATANTE:** O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.798.328/0001-56, com sede na Av. Farquar, 2986, Complexo Administrativo Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, 6º andar, Bairro Pedrinhas, CEP: 76801-470, Porto Velho – RO, neste ato representado pela Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG, a Sra. (...), portadora do CPF/MF sob o nº (...) ou por seu substituto legal, em casos de afastamento, na presença ou impedimento desta:-

**CONTRATADO:** A empresa (...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede na (...), aqui representada por seu titular, o Sr. (...), inscrito sob o RG nº (...) e CPF nº (...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada através da documentação presente nos autos de id. (...).

Celebram o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, em atendimento ao pedido sob a id. (...), o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 28.874/24 e demais normas pertinentes, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO por lote, vinculando-se aos termos do Termo de Referência (...), da Proposta da Contratada (...) e do Processo Administrativo Eletrônico nº (...), mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo a contratação da renovação das licenças/subscrições e do suporte técnico do parque tecnológico instalado, compreendendo a manutenção da solução de segurança e infraestrutura de rede atualmente utilizada pela Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, incluindo Firewall, Switches, pontos de acesso Wi-Fi (APs) e software de gerenciamento centralizado (FortiAnalyzer/FortiManager ou solução equivalente), abrangendo, ainda, o direito ao suporte técnico especializado, atualizações, correções e assinaturas de segurança, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, visando assegurar a continuidade, disponibilidade, segurança e gerenciamento da infraestrutura de rede da SEPOG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

#### 1.2. Da vinculação:

1.2.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição, além do disposto no Termo de Referência (id. \_\_\_\_), o disposto no Estudo Técnico Preliminar (id. \_\_\_\_), na proposta da CONTRATADA (id. \_\_\_\_), no Edital de Licitação (id. \_\_) e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito nesta cláusula.

#### 1.3. Das especificações técnicas e quantidades:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CATMAT/CATSER
01	Renovação de licença de suporte/subscrição <b>FortiCare Premium Support – FortiSwitch (FS-1048E)</b> – Equip. Conectiv. Rede – Tipo I	licença/subscrição	01	24333
02	Renovação de licença de suporte/subscrição <b>FortiCare Premium Support – FortiSwitch (FS-148F-FPOE)</b> – Equip. Conectiv. Rede – Tipo II	licença/subscrição	07	24333
03	Renovação de licença de suporte/subscrição <b>FortiCare Premium Support – FortiSwitch (FS-124F-FPOE)</b> – Equip. Conectiv. Rede – Tipo III	licença/subscrição	10	24333
04	Renovação de licença de suporte/subscrição <b>FortiCare Premium Support – FortiAP (FAP-231F)</b>	licença/subscrição	04	27502
05	Renovação de licença de suporte/subscrição para <b>UTP – FG-100F</b> (IPS, Advanced Malware Protection, Application Control, URL/DNS/Video Filtering, Antispam Service e FortiCare Premium) – Gerenc. Redes e Segurança – Tipo II	licença/subscrição	02	27502
06	Renovação de licença de suporte/subscrição para o <b>Software de Gerenciamento Centralizado para Redes e Segurança compatíveis com switches, firewalls, aps Fortinet (FortiAnalyzer/FortiManager ou equivalente)</b>	licença/subscrição	01	27502

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL, ENTREGA E PRAZO DE EXECUÇÃO DE RECEBIMENTO

- 2.1. As informações do Local de Entrega/Execução estão previstas no **item 14** do Termo de Referência.
- 2.2. A entrega das licenças de suporte/subscrição será realizada predominantemente de forma eletrônica, mediante envio para o e-mail: suporte@sepog.ro.gov.br.
- 2.3. O prazo de entrega deverá ser de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de assinatura do Contrato.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. As licenças/subscrições serão recebidas por uma Comissão de Recebimento, designada por meio Portaria, atendendo ao seguinte cronograma, conforme disposição do artigo 140, inciso I da Lei 14.133/21:
- a) **Provisoriamente, até 5 (cinco) dias úteis**, para posterior verificação da entrega dos serviços, com as especificações deste termo de referência, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório.
  - b) **Definitivamente, até 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação da compatibilidade das especificações do serviço, entregue mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo devidamente assinado pela comissão.
- 3.2. A critério exclusivo da Comissão de Recebimento, poderão ser realizados testes de forma a verificar a compatibilidade dos mesmos com as especificações constantes do Termo de Referência.
- 3.3. Sendo satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo.
- 3.4. Caso insatisfatório, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, o respectivo objeto integrante do Termo de Referência em questão será rejeitado, devendo a empresa se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Após a manifestação da empresa a substituição das licenças deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, quando se realizarão novamente as verificações necessárias pela SEPOG.

3.5. Caso a substituição não ocorra neste prazo, a contratada incorrendo em atraso na entrega, estará sujeita à aplicação das sanções previstas.

3.6. Todos os custos da substituição da licença rejeitada ocorrerão exclusivamente a expensas da contratada.

3.7. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do serviço fornecido, cabendo-lhe sanar qualquer irregularidade detectada quando da utilização do mesmo.

3.8. Todas as despesas com taxas, impostos, encargos incidentes, deverão ser inclusos no preço da proposta e em hipótese alguma poderão ser cobrados em separado quando da emissão de Nota Fiscal/Fatura

3.9. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório/Termo de Recusa, submetendo a etapa impugnada à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente Contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma e nos limites previstos na Lei nº 14.133/2021, desde que reste demonstrada, mediante manifestação da autoridade competente, a manutenção da vantajosidade das condições contratuais e dos preços praticados para a Administração, facultada a realização de negociação com a contratada.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1. As formas e condições de pagamento estão descritas nos **item 16** do Termo de Referência (ID ...) e seus anexos.

5.2. É condição para pagamento a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota fiscal;
- b) Termo de Recebimento Definitivo;
- c) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
- d) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- e) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS;
- g) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011);
- h) Certidão Negativa referente ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

5.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento definitivo e da comprovação da regularidade fiscal da contratada.

5.4. No que se refere a exigência constante nas alíneas "c" a "g", serão aceitas certidões positivas com efeito negativas.

5.5. As Notas Fiscais/Faturas devem conter no corpo da Nota a descrição dos certificados, o número do empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.

5.6. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária - OB e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada.

5.7. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG**, CNPJ n. 04.798.328/0001-56 – Endereço:

Av. Farquar, 2986, Bairro Pedrinhas – CEP 76801-470 – Porto Velho/RO - Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Cautário, prédio curvo a esquerda, 6º andar.

5.8. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o respectivo pagamento no mesmo prazo estipulado.

5.9. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

5.10. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

**EM = I x N x VP, onde:**

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR**

6.1. O valor desta contratação é de R\$ **VALOR NUMÉRICO (VALOR POR EXTENSO)**, conforme a Declaração de Adequação Financeira (ID ...).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1. As despesas com a prestação de que trata o objeto deste Contrato, conforme Declaração de Adequação Financeira (id. XXXXX) e Nota de Empenho n. XXXXX (id. XXXXX), sairão do seguinte crédito orçamentário: Cód. U.O.: XXXXX; Programa de Trabalho: XXXXX; Natureza de Despesa: XXXXX; e Fonte de Recursos: XXXXX.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no **item 24.2** do Termo de Referência, a seguir transcritas:

8.1.1. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrentes de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelos itens contratados, nos termos da legislação vigente.

- 8.1.3. Entregar os itens nas especificações contidas no Termo de Referência.
- 8.1.4. Entregar os itens na forma e prazo estipulados.
- 8.1.5. Entregar os itens nas quantidades indicadas no Termo de Referência.
- 8.1.6. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do serviço.
- 8.1.7. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.
- 8.1.8. Prestar à CONTRATANTE qualquer informação sobre os itens a ser adquiridos, sobretudo qualquer dificuldade encontrada.
- 8.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.1.10. A contratada deverá substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto do contrato que apresentar vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua execução ou dos materiais nele empregados, bem como aqueles que forem rejeitados pela Comissão de Fiscalização, Controle, Avaliação e Recebimento de serviços.
- 8.1.11. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme artigo 92, inciso XVII da lei 14.133/2021.
- 8.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 8.1.13. Realizar todo o suporte e intermediação com o fabricante no idioma português Brasil.
- 8.1.14. Fornecer meios para que a equipe técnica da SEPOG possa validar atualizações de firmware e mudanças críticas de configuração em ambiente segregado (laboratório virtual) antes da aplicação no ambiente de produção, fornecendo as licenças de uso necessárias para tal ambiente durante a vigência contratual, garantindo que atualizações fornecidas pelo suporte não causem interrupção dos serviços.
- 8.1.15. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à Contratada, relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 18, parágrafo 1º da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto **item 24.1** do Termo de Referência, a seguir transcritas:
- 9.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 9.1.2. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis devendo, caso seja necessário, aplicar à mesma as penalidades legais cabíveis.
- 9.1.3. Caso a comissão ateste que os itens contratados não estejam dentro das especificações constantes do presente Termo de Referência, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções.
- 9.1.4. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa fazer a entrega dos objetos dentro das especificações técnicas recomendadas, suas quantidades e periodicidade solicitadas.
- 9.1.5. Fornecer à Contratada, todos os esclarecimentos necessários sobre a entrega das licenças/subscrições e demais informações que estes venham a solicitar.
- 9.1.6. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o objeto deste termo de referência, através de representantes designados pela SEPOG.
- 9.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS

10.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas no Termo de Referência.

10.2. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas nos art. 155 ao art. 163 da Lei nº 14.133/2021, assim como as descritas no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, garantindo a prévia e ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal. Dentre as penalidades, tem-se:

- I - advertência;
- II - multa moratória;
- III - multa contratual;
- IV - impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e
- V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. São exemplos de infrações administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133/21:

- a) entrega incompleta dos materiais/serviços ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência;
- b) atraso na entrega dos materiais/serviços;
- c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) dar causa à inexecução total do contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- g) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- m) recusar-se a receber o empenho;
- n) não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos/realização dos serviços;
- o) recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado, por ocorrência;
- p) destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes, por ocorrência;
- q) deixar de efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato, por dia e por ocorrência.
- r) deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência.



10.4. Na aplicação das sanções serão consideradas:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do instrumento de contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **Contratada multa** (Tabela – **Item 10.12**), sobre a parcela inadimplida do contrato.

10.7. A advertência deverá ser aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

10.8. A multa será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **item 10.3** e será calculada com base no quadro do **item 10.12**.

10.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **item 10.12** (itens III, IV, V, VI, VII e VIII), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.10. A sanção declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **item 10.12** (itens IX ao XIV), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do artigo 155 da Lei 14.133/21, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do artigo 156 da Lei 14.133, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.11. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

10.12. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

Ref. Item	Descrição da Infração	Penalidade Pecuniária - Multa *
I	Dar causa à inexecução parcial do contrato com a entrega incompleta dos materiais/serviços ou deixar de providenciar recomposição complementar;	Multa de 1,6% por dia, por ocorrência.
II	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	Multa de 4,0%, por ocorrência.
III	Dar causa à inexecução total do contrato;	Multa de 10%
IV	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;	Multa de 4% sobre o valor contratado

V	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;	Multa de 0,5% por dia, por item e por ocorrência.
VI	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	Multa de 1,0% por dia, por item e por ocorrência.
VII	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;	Multa de 1,6 % por dia.
VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;	Multa de 1,0% por dia, por ocorrência.
IX	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;	Multa de 1,0% por dia, por ocorrência.
X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Multa de 3,0% por dia, por ocorrência.
XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;	Multa de 1% sobre o valor contratado
XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Multa de 10% sobre o valor contratado
XIII	Se recusar a Receber empenho	multa de até 10% sobre o valor total adjudicado.
XIV	Não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos/realização serviços	multa de até 5% sobre o valor total adjudicado.
XV	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	1,6% por dia
XVI	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	Multa de 4% sobre o valor contratado
XVII	Deixar de efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	1,0% por dia
XVIII	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência.	3,0% por dia

**\* Incidente sobre a Parte Inadimplida**

10.13. Após 16 (dezesseis) dias da falta de entrega do objeto, será considerada inexecução total da contratação, o que ensejará a rescisão contratual.

10.14. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.15. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

10.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de

pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

10.17. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo se ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

10.18. A sanção de advertência e a imposição de multa até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado poderá ser aplicada diretamente pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização, assim como a constituição em mora do contratado em caso de inexecução do contrato, nos termos do Parágrafo Único do art. 185, do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

10.19. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156, da Lei n. 14.133/21, cumuladas ou não com multa, deverá ser precedida de processo administrativo, a ser conduzido por comissão integrada, no mínimo, por dois servidores públicos estáveis, respeitando os termos do art. 186 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

10.20. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, por meio de processo administrativo de responsabilização - PAR, observado o rito procedimental específico nos termos do art. 187, do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

10.21. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.22. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

10.23. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.24. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho) dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas.

10.25. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente.

10.26. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que **assegurar**á o **contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

11.1. Todos os itens ofertados, no que couber, deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

11.2. A CONTRATADA deverá garantir os itens contratados e responderá, nos ditames da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual.

11.3. A CONTRATADA deverá prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças pelo período mínimo de validade da licença, contados a partir da data de emissão da licença.

11.4. Caso a correção ou atualização exija nova licença, a empresa contratada deverá efetuar a

nova emissão, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para a SEPOG.

11.5. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, a Administração fornecerá à CONTRATADA relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas.

11.6. Todo e qualquer custo proveniente da substituição em garantia, tais como fretes, impostos, serviços de exclusão e reposição de itens defeituosos, despesas com deslocamento de equipe, comunicação, entre outros, correrá por conta e responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

11.7. Não haverá exigência da garantia da contratação, nos moldes do artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

12.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação formal da CONTRATADA, o preço contratado poderá sofrer reajuste após o interregno de 12 (doze) meses, aplicando-se o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI (IPEA) ou outro índice oficial que vier a substituí-lo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.8. A CONTRATANTE poderá realizar acréscimos e supressões nas quantidades inicialmente previstas, respeitando os limites do artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/21.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

13.1. Na execução dos serviços, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade, conforme disposições constantes no **item 31** do Termo de Referência.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

14.1. O acompanhamento e fiscalização do Contrato serão realizados conforme descritos no **item 27** do Termo de Referência, abaixo transcritos:

14.1.1. A fiscalização do contrato será realizado por comissão designada pela administração pública, que irá fiscalizar a execução do contrato, nos termos do art. 117, da Lei 14.133/21, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato.

14.1.2. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo se depender de modificação de cálculo ou teste, hipótese em que será fixado um prazo de acordo com a complexidade do caso.

14.1.3. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

14.1.4. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do serviço, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do serviço, devendo ser exercidos

por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 117 e 140 da Lei 14.133 de Abril de 2021.

14.1.5. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do serviço e do contrato.

14.1.6. A verificação da adequação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.1.7. A fiscalização será feita por uma comissão especialmente nomeada para este fim pela **Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão**, através de portaria a ser publicada no diário oficial do Estado.

14.1.8. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, conforme § 3º, da Lei 14.133/21.

14.1.9. O gestor do contrato designado por Portaria, tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle do contrato, nos termos do art. 20 e incisos Decreto nº 28.874/24 que regulamenta as contratações públicas do Estado de Rondônia.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

15.1. As partes obrigam-se a observar e cumprir integralmente as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando todas as medidas técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais tratados em decorrência deste instrumento, de modo a resguardar os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade dos titulares dos dados, nos termos do **item 29** do Termo de Referência.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

16.1. Os casos de rescisão de contrato serão aqueles regidos na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

16.1.1. O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura ao Contratante o direito de extinguir o instrumento contratual a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

16.3. A CONTRATADA reconhece os direitos em caso de **EXTINÇÃO DOS CONTRATOS** administrativos, previstos no art. 137, da Lei nº 14.133/21.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

17.1. É vedada a subcontratação, cedência ou transferência, total ou parcial da execução do objeto contratado.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS**

18.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ADOÇÃO DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO, COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E ARBITRAGEM PARA A SOLUÇÃO DE LITÍGIO**

19.1. Nos termos do art. 151 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá adotar meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias decorrentes da execução deste contrato, inclusive conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas e arbitragem, observados os princípios da legalidade, eficiência, razoabilidade e interesse público, restringindo-se a utilização de tais mecanismos às controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, na forma da legislação aplicável.

19.2. A instauração de procedimento de conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas ou arbitragem dependerá de prévia avaliação de conveniência e oportunidade pela Administração Pública, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## 20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

20.1. As questões suscitadas que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Porto Velho/RO, sem prejuízo de nenhum outro, por mais privilégios que tenha, para dirimir as dúvidas e questões que possam surgir em decorrência da aplicação das condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos

## 21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

21.1. Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

## 22. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1. Incumbirá à Procuradoria-Geral do Estado, providenciar a publicação deste instrumento na imprensa oficial.

22.2. Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, o qual, após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria-Geral do Estado.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

### **Termo com visto do Procurador do Estado.**

Ato administrativo de visto é o ato administrativo unilateral em que a PGE atesta a legitimidade formal do contrato.



Documento assinado eletronicamente por ANA CLÁUDIA SALES PINHEIRO, Diretor(a) Executivo(a), em 29/05/2026, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72763139** e o código CRC **1B73D121**.

**Referência:** Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0035.000043/2026-35

SEI nº 72763139

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG  
Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SEPOG-ASTIC

**ADENDO**

Mapa de Riscos – Contratação/Renovação de Redes e Segurança (SEPOG)

ID	Risco	Categoria	Causa/Evento	Impacto (descrição)	Probabilidade	Impacto	Nível	Tratamento/Mitigação (resumo)	Responsável
R1	Descontinuidade de suporte/subscrição (gap de cobertura)	Continuidade	Atraso no rito; contratação não concluída antes do marco de vigência	Perda de suporte/updates; elevação de risco cibernético e indisponibilidade	Alta	Alto	Crítico	Cronograma reverso; instrução antecipada; cláusula de início sem interrupção	TIC Compras/
R2	Indisponibilidade de conectividade predial/Data Center	Continuidade	Falhas em switching sem suporte/peças; degradação de links	Indisponibilidade por andar; perda de acesso a serviços do Data Center	Média	Alto	Alto	Suporte vigente; redundâncias; plano de contingência; manutenção preventiva	TIC Infr
R3	Exploração de vulnerabilidades por falta de atualizações	Segurança	Expiração de subscrição/entitlement; backlog de patching	Comprometimento; exfiltração; ransomware; impacto em dados e serviços	Média/Alta	Alto	Crítico	Renovação; janela de atualização; hardening; gestão de vulnerabilidades	CISO/Seg Re
R4	Falha/indisponibilidade do cluster de firewall (HA)	Segurança/Disponibilidade	HA mal configurado; split-brain; falha de links/HA ports	Interrupção de Internet/DMZ/Intranet e serviços críticos	Média	Alto	Alto	Testes de failover; monitoramento; validação de HA; serviços especializados	TIC Redes +
R5	Redução de visibilidade e rastreabilidade (logs)	Segurança/Governança	Sem centralização/retenção; falhas de integração; subdimensionamento	Investigação difícil; pior resposta a incidentes; evidências insuficientes	Média	Alto	Alto	Requisitos de retenção; governança de logs; relatórios; integrações	Segurança equiva
R6	Incompatibilidade técnica na troca de solução	Técnico (Migração)	Solução não atende integrações/recursos/capacidade	Retrabalho; atrasos; risco de indisponibilidade e custo adicional	Média	Alto	Alto	Requisitos mínimos; validação técnica; PoC quando aplicável	TIC Arqu Comissã
R7	Interrupções durante migração (janela/rollback)	Técnico (Mudança)	Plano de transição insuficiente; mudanças sem rollback	Indisponibilidade de rede e serviços; impacto operacional	Média	Alto	Alto	Plano de mudança; janelas; rollback testado; migração por etapas	TIC Ope Forne
R8	Incidente envolvendo dados pessoais (LGPD) por falha de salvaguardas	Conformidade/LGPD	Controles degradados; ausência de atualizações; falhas de segmentação	Incidente; impacto institucional; necessidade de gestão formal	Média	Alto	Alto/Crítico	Segmentação; controle de acesso; logs; resposta a incidentes; gestão de vulnerabilidades	Segura Encarreg
R9	Apontamentos de auditoria por falta de evidências/rastreabilidade	Governança	Logging insuficiente; mudanças sem registro; documentação incompleta	Não conformidades; ações corretivas urgentes; retrabalho	Média	Médio/Alto	Alto	Trilhas de auditoria; gestão de mudanças; documentação e evidências	TIC Governança/
R10	SLA inadequado / suporte ineficaz	Execução Contratual	SLA mal definido; canais/escopo de suporte incompletos	Maior tempo de indisponibilidade; baixa qualidade de atendimento	Média	Alto	Alto	Definir SLAs por severidade; critérios de aceite; penalidades quando aplicável	Gestor do Fiscal t
R11	Vendor lock-in e custo total desfavorável	Estratégico/Financeiro	Baixa comparabilidade; modelos comerciais assimétricos	Aumento de custo; baixa flexibilidade; dependência de fornecedor	Média	Médio/Alto	Médio/Alto	Exigir TCO; comparar mensal/anual/36 meses; critérios orientados a resultado	TIC + C
R12	Capacitação insuficiente (treinamento ineficaz)	Pessoas/Operação	Treinamento genérico; sem prática; sem ementa/carga horária	Dependência do fornecedor; erros operacionais; baixa maturidade	Média	Médio	Médio	Ementa mínima; laboratório; avaliação; entrega de material/documentação	TIC + Fiscal

Porto Velho, conforme data e hora da assinatura eletrônica no SEI.

**MARCELO MATOS LIMA**  
Chefe de Segurança da Informação/SEPOG  
Portaria nº Portaria nº 975/2025 (67522392)



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Matos Lima**, Assessor(a), em 12/01/2026, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **67994186** e o código CRC **099487E9**.





## GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

Núcleo de Planejamento de Compras e Contratos - SEPOG-NPCC

### SAMS

**Órgão Requisitante:** Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

**Nº. Processo:** 0035.000043/2026-35

**Objeto:** Contratação de empresa especializada objetivando a renovação de licenças/subscrições e suporte do parque instalado, abrangendo a manutenção da solução atual de segurança e rede (Firewall, Switches, Wi-Fi/APs e software de gerenciamento centralizado (FortiAnalyzer/FortiManager ou equivalente), incluindo direito a suporte técnico, atualizações/correções e assinaturas de segurança, pelo período definido 36 meses (trinta e seis meses), objetivando atender as necessidades da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG.

ITEM	Descrição	UND	QTD. (A)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Renovação de licença de suporte/subscrição FortiCare Premium Support para o equipamento FortiSwitch (FS-1048E) Equip. Conectiv. Rede - Tipo I, pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	licença/subscrição 36 meses	01		
02	Renovação de licença de suporte/subscrição FortiCare Premium Support para o equipamento FortiSwitch (FS-148F-FPOE) Equip. Conectiv. Rede - Tipo II, pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	licença/subscrição 36 meses	07		
03	Renovação de licença de suporte/subscrição FortiCare Premium Support para o equipamento FortiSwitch (FS-124FFPOE) Equip. Conectiv. Rede - Tipo III, pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	licença/subscrição 36 meses	10		
04	Renovação de licença de suporte/subscrição FortiCare Premium Support para o equipamento FortiAP (FAP-231F), pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	licença/subscrição 36 meses	04		
05	Renovação de licença de suporte/subscrição para os equipamentos Unified Threat Protection (UTP) (FG-100F) (IPS, Advanced Malware Protection, Application Control, URL, DNS & Video Filtering, Antispam Service, and FortiCare Premium) (FG100F) Gerenc. Redes e Segurança – Tipo II pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	licença/subscrição 36 meses	02		

ITEM	Descrição	UND	QTD. (A)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
06	Renovação de licença de suporte/subscrição para o Software de Gerenciamento Centralizado para Redes e Segurança pelo período de 36 meses a contar do dia 29/12/2026 pagamento upfront;	licença/subscrição 36 meses	01		

<b>Carimbo do CNPJ/CPF-ME:</b>	<b>Local:</b>	<b>Responsável pela cotação da Empresa:</b>	<b>USO EXCLUSIVO DA ACP/GC/SEPOG</b>	<b>Valor da Proposta:</b>
	Data:	Fone:		Validade Proposta:
	Banco:	Assinatura:		Prazo de Entrega:
	Agência:			
	C/C:			

**VALDEMIR COSTA ARAÚJO**  
Gerente de Compras, Licitações e Contratos - SEPOG

**ESTEFANE FERREIRA ESTEVAM MARINHO**  
Diretora Executiva da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG  
Delegação de Competência da Portaria nº 210 de 02 de maio de 2024



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR COSTA ARAUJO**, Gerente, em 04/03/2026, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Estefane Ferreira Estevam Marinho, Diretor(a) Executivo(a)**, em 06/03/2026, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69719186** e o código CRC **793C09E4**.

**Referência:** Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0035.000043/2026-35

SEI nº 69719186





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

**ATA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/202X/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90068/2026		
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº	0035.000043/2026-35
Órgão Participante:	XXXXXX		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1. **CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).**

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. **CLÁUSULA II – DO OBJETO (ALTERE)**

2.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada objetivando a renovação de licenças/subscrições e suporte do parque instalado, abrangendo a manutenção da solução atual de segurança e rede (Firewall, Switches, Wi-Fi/APs e software de gerenciamento centralizado (FortiAnalyzer/FortiManager ou equivalente), incluindo direito a suporte técnico, atualizações/correções e assinaturas de segurança, pelo período definido 36 meses (trinta e seis meses). Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

3. **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

4. **CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

## 5. CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

## 6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

## **7. CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

## **8. CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

## **9. CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

## **10. CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

11. **CLÁUSULA XI - DO FORO**

11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**ANEXO ÚNICO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

**EMPRESA(S) DETENTORA(S):**

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

**Geovanna Pinheiro Alves**

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

**Adriana Larissa da Silva Mendes Nascimento**

Diretora Executiva/SUPEL

**Alvaro Henrique de Lima Teixeira**

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO ADESÃO COMO INTERESSADO

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

[], [DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA ATA]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14.133/21, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14.133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE